

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ
CURSO DE BACHARELADO EM DIREITO**

NATHALIA DE MIRANDA RAMOS HERCULANO

**O TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO E A DEGRADAÇÃO DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE: FORMAS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

Santa Rita, PB

2019

NATHALIA DE MIRANDA RAMOS HERCULANO

**O TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO E A DEGRADAÇÃO DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE: FORMAS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Bacharelado em Direito, da
Universidade Federal da Paraíba, como
requisito obrigatório para a obtenção do título
de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientador: Professor Doutor Paulo Vieira de
Moura

Santa Rita, PB

2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

H539t Herculano, Nathalia de Miranda r.

O TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO E A DEGRADAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: FORMAS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS / Nathalia de Miranda r Herculano. - João Pessoa, 2019.

51 f.

Monografia (Graduação) - UFPB/DCJ/SANTA RITA.

1. Direitos Humanos. 2. Trabalho Análogo ao Escravo. 3. Trabalho Infantil. I. Título

UFPB/CCJ

NATHALIA DE MIRANDA RAMOS HERCULANO

**O TRABALHO ANÁLOGO AO DE ESCRAVO E A DEGRADAÇÃO DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE: FORMAS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Direito do Centro de
Ciências Jurídicas da Universidade Federal da
Paraíba, como exigência parcial para obtenção
do título de Bacharel em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vieira de Moura.

Banca Examinadora:

Data de Aprovação: 17/09/2019

Prof. Dr. Paulo Vieira de Moura (Orientador)

Prof. Me. Demetrius Almeida Leão

Prof. Me. Guthemberg Cardoso Agra de Castro

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades durante esta longa caminhada.

Aos meus amados pais (Aníbal e Ivaneide) e meu irmão (Felipe) que, com muito carinho, incentivo e apoio incondicional, não mediram esforços para que eu chegasse a mais uma conquista em minha vida.

Aos meus familiares (tios, tias, primos, avós), que mesmo tendo pouco conhecimento na área, sempre colaboraram com minha formação acadêmica e moral. Sempre me fizeram sentir importante e privilegiada em todos os campos da minha vida

Aos meus amigos, em especial, a Tina, Thaísa, Larissa, que acompanharam a minha jornada acadêmica me motivando e auxiliando em tudo que precisei.

Aos meus professores por todo o ensinamento, em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Paulo Vieira Moura, pela confiança, paciência e pelo empenho dedicado ao meu TCC, me amparando nos momentos mais difíceis. Destaco também toda didática lecionada em salas de aula, onde soube, através de sua sabedoria, sua experiência e de forma bem humorada, por outra via soube incentivar e aconselhar sobre as lições da vida provocando reflexões em busca de tomar decisões sábias ao longo dela.

TEMPO DE CRIANÇA

***No dia em que toda criança
For respeitada plenamente
No seu desejo, no seu direito
E em tudo que faz.
O mundo começara lentamente
Um longo processo de JUSTIÇA,
AMOR e PAZ.***

(Severo Loppes)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso aborda o trabalho análogo ao escravo infantil, que se caracteriza como uma das piores formas de degradação aos direitos humanos. O interesse pelo assunto justifica-se no fato de que o trabalho infantil é uma mazela de proporções globais que perdura há muito tempo no Brasil. Insta ressaltar que o ordenamento jurídico brasileiro está voltado aos interesses das crianças e adolescentes, tanto que o Brasil foi o primeiro país da América Latina a estabelecer leis protetivas às crianças e adolescentes, tendo hoje uma das legislações mais avançadas do mundo. Paradoxalmente ao que rege a legislação pátria, na realidade, a exploração de meninos e meninas em condições análogas a de escravos, persiste no mundo contemporâneo, retirando do menor a possibilidade de viver uma infância digna, corroborando com a desigualdade social e perpetuando o ciclo da pobreza que passa de geração a geração. Embora haja o interesse brasileiro em erradicar o trabalho infantil, conclui-se ser cada vez mais necessário a implementação e intensificação de políticas públicas e parcerias eficazes no combate, controle e punição de todos os envolvidos, para que se alcance o ideal de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Trabalho Análogo ao Escravo; Trabalho Infantil.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
2 TRABALHO INFANTIL: NORMATIVA NACIONAL, INTERNACIONAL E PRINCÍPIOS DE DIREITO	10
2.1 TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: PREVISÃO LEGISLATIVA.....	13
2.2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE TRABALHO INFANTIL: NORMATIVA INTERNACIONAL.....	13
2.3 A PROIBIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA	15
2.3.1 análise do estatuto da criança e do adolescente em relação ao trabalho infantil	15
2.3.2 código penal acerca da exploração do trabalho infantil	18
2.3.3 consolidação das leis do trabalho sobre a exploração do trabalho infantil.....	19
2.4 O DIREITO FUNDAMENTAL À INFÂNCIA E PRINCÍPIOS JURÍDICOS.....	19
2.4.1 o direito fundamental à infância	20
2.4.2 princípio da dignidade da pessoa humana.....	21
2.4.3 princípio da proteção integral.....	22
2.4.4 princípio do melhor interesse da criança.....	24
3 TRABALHO INFANTIL E VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS	26
3.1 PRINCIPAIS CAUSAS DO TRABALHO INFANTIL	26
3.2 PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DA EXPLOCAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL	30
3.3 O TRABALHO INFANTIL E O ABANDONO DA ESCOLA.....	32
3.4 AS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL	34
3.5 COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO INFANTIL.....	35
3.5.1 tratados internacionais em relação à proteção infantojuvenil.....	37
3.5.2 decisões Judiciais sobre a exploração do trabalho infantil	37
3.5.3 responsabilidade do estado na fiscalização e combate ao trabalho infantil	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

A escravidão é um problema histórico, e o trabalho análogo ao de escravo, ainda é uma realidade nos dias atuais, consistindo em uma grave violação aos direitos humanos.

Nesse contexto, é importante ressaltar que depois da abolição da escravidão no Brasil, o trabalho escravo não foi totalmente extinto, porém, apenas no ano de 1995, o Estado brasileiro reconheceu a existência do trabalho escravo contemporâneo, após o país ter sido denunciado na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos pela existência de trabalho escravo no país (SILVA; SILVA, 2019).

Atualmente o trabalho análogo ao escravo pode vitimar qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade. As agressões físicas deixaram de ser as principais formas de coerção, podendo haver ainda ameaças e abusos sexuais.

Sobre a exploração do trabalho infantil, este vitimiza várias crianças no Brasil e no mundo há gerações, e consiste em uma das formas mais cruéis de trabalho escravo contemporâneo, pois faz de vítima, não raras vezes, de forma camuflada, crianças, pela própria vulnerabilidade peculiar a essa fase da vida.

Diante deste quadro, a presente pesquisa objetiva estudar o trabalho análogo ao escravo infantil no Brasil, em face das disposições de convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Constituição Federal (CF/88), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da legislação esparsa sobre a matéria.

A importância do tema dá-se ao fato de que a infância marca a fase peculiar de pessoa em desenvolvimento, portadora de direitos, de proteção e de cuidados especiais. Não é por acaso que a Carta Magna dispõe que todas as crianças e adolescentes têm o direito de viver dignamente, ter seus direitos sociais respeitados, principalmente em se tratando de trabalho e educação, além dos direitos civis e políticos.

Ainda, o Estatuto da Criança e do Adolescente brasileiro, considerado o mais avançado do mundo, busca assegurar às crianças e aos adolescentes o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Face o exposto, questiona-se: o que faz com que a exploração infantil na condição análoga a de escravos persista em um país em que a legislação protetiva das crianças e adolescentes é uma das mais avançadas do mundo?

Em razão da importância desse assunto, o trabalho infantil, além de ser uma preocupação do Brasil, é um tema de preocupação de vários órgãos internacionais, como a

Organização das Nações Unidas, a Organização Internacional do Trabalho, entre outros, organizações que têm uma atuação destacada na proteção ao trabalhador infantil.

Sobre a metodologia utilizada na investigação, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, uma vez que foram realizados levantamentos e consultas de livros e artigos – referencial bibliográfico, e, também, documental, pois foram e consultados convenções internacionais, constituição e leis ordinárias brasileiras – normativa nacional e internacional em meios eletrônicos, via internet, em documentos oficiais, publicações de Organizações Não Governamentais (ONGs) voltadas para a problemática do trabalho infantil, sem esquecer os estudos realizados pelos institutos de pesquisa oficiais.

Diante do exposto, no decorrer da pesquisa, pretende-se apontar possíveis caminhos de enfrentamento do trabalho análogo ao infantil no Brasil, a partir da mobilização social de entidades, como os centros de defesa e movimentos de direitos humanos, militantes e ativistas sociais, fóruns de defesa da criança e do adolescente e do próprio segmento infanto-juvenil priorizando a denúncia na perspectiva da proteção, promoção e defesa destas crianças.

Como será demonstrado, o grande problema consiste em fazer com que as leis sejam cumpridas e os direitos humanos respeitados, a fim de que a exploração do trabalho infantil, seja, de fato, evitada.

2 TRABALHO INFANTIL: NORMATIVA NACIONAL, INTERNACIONAL E PRINCÍPIOS DE DIREITO

A proteção jurídica dos direitos da criança e do adolescente encontra amparo, principalmente, na Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, na Convenção 138 e 182, bem como nas Recomendações 146 e 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Constituição da República Federativa do Brasil, no Estatuto da Criança e Adolescente e na Consolidação das Leis Trabalhistas.

Como será visto ao longo do presente trabalho, a exploração do trabalho infantil, em desrespeito à legislação protetiva, caracteriza uma forma de trabalho escravo, pois vitimiza pessoas vulneráveis e em peculiar status de desenvolvimento.

A escravidão sempre existiu em processos de coisificação de seres humanos, fazendo de reféns, ao longo da história, principalmente negros, idosos, mulheres e crianças. Nesse sentido, explica Brasil (2011, p.12):

O trabalho infantil é um fenômeno social presente ao longo de toda a história do Brasil. Entre os séculos XVI e XIX, crianças de origem indígena e africana foram submetidas à escravidão juntamente com seus familiares. Filhos de trabalhadores livres também ingressavam muito cedo em diversas atividades produtivas no campo e nas cidades. Posteriormente, o processo de industrialização do país, iniciada no final do século XIX e aprofundada ao longo do século XX, levou à incorporação de grandes contingentes de crianças às atividades fabris de diversos ramos, bem como em novas atividades do setor terciário, tal como ocorrera nos países pioneiros da Revolução Industrial. Embora a exploração da mão de obra infantil nas fábricas tenha sido denunciada praticamente desde o início da sua utilização, e medidas legislativas de proteção ao “menor” tenham sido adotadas já na década de 1920, o trabalho infantil persiste como um problema social de graves dimensões no país no início do século XXI.

A partir da Revolução Industrial, por volta dos séculos XVIII e XIX, tornou-se mais evidente a negligência para com os trabalhadores, incluindo as crianças, que eram tratadas como “adultos em miniatura”, pois o trabalho infantil começou a ser realizado de forma direta. Deu-se início a preocupação com a exploração do trabalho infantil.

Sobre o surgimento do trabalho infantojuvenil, explica Luciana Barsotti (2018, p.1):

Não sendo um fenômeno atual no Brasil e tendo seu surgimento desde a colonização, quando crianças desde muito cedo eram introduzidas em atividades desenvolvidas pela própria família para o sustento pessoal, verifica-se o auge do trabalho infantil no início da Revolução Industrial em países como Alemanha, Inglaterra e em diversos outros, onde era muito frequente a utilização da mão de obra infantil, em razão do seu menor custo em comparação as demais, na qual crianças eram submetidas a regimes de trabalho exorbitantes, em locais perigosos em troca de apenas um ínfimo retorno pecuniário e alimentação.

Ainda, de acordo com Grunspun (2000, p. 51, 52):

[...] antes as crianças sempre foram exploradas, mas como a escravidão cobria o trabalho com adultos e crianças, as crianças pobres e órfãs eram recrutadas para o trabalho das fazendas e das casas grandes "dos Senhores", onde eram exploradas e abusadas, mais do que o filho dos escravos que valiam dinheiro e essas não valiam.

Quando da revolução industrial, o descaso para com a saúde do trabalhador ficou mais evidente, o trabalho era insalubre e perigoso, e vitimava toda a família. Conforme leciona Martins (2016, p.50):

O trabalhador prestava serviços em condições insalubres, sujeito a incêndios, explosões, intoxicação por gases, inundações, desmoronamentos, prestando serviços por baixos salários e sujeito a várias horas de trabalho, além de oito. Ocorriam muitos acidentes de trabalho, além de várias doenças decorrentes dos gases, da poeira, do trabalho em local encharcado, principalmente a tuberculose, a asma e a pneumonia. Trabalhavam direta ou indiretamente nas minas praticamente toda a família, o pai, a mulher, os filhos, os filhos dos filhos etc. Eram feitos contratos verbais vitalícios ou então enquanto o trabalhador pudesse prestar serviços, implicando verdadeira servidão. Certos trabalhadores eram comprados e vendidos com seus filhos. Os trabalhadores ficavam sujeitos a multas, que absorviam seu salário.

No que tange especificamente à exploração da mão de obra infantil, esta consiste em uma chaga social que afeta milhões de crianças em todo o mundo, e infelizmente ainda é comum encontrar crianças exercendo atividades laborais precoces no dia a dia (SANTOS, PEERSON, 2019).

Embora não tenha se iniciado na Revolução Industrial, a exploração da mão de obra infantil potencializou-se nesse período. Nesse contexto, preceituam Silva, Neves Junior e Antunes (2006, p. 19):

O trabalho infantil não é um fenômeno novo. É sobejamente conhecida a participação de crianças no processo de revolução industrial europeu nos séculos 18 e 19. Talvez por isso o trabalho infantil como um problema para o desenvolvimento das próprias crianças trabalhadoras, principalmente no que diz respeito ao comprometimento de seu processo educativo, e como uma fonte de ineficiência para o funcionamento do mercado de trabalho como um todo, bem como uma forma de diminuir o poder da classe trabalhadora nas negociações nesse mercado, é tratada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) desde a criação da mesma em 1919. De fato, das cinco Convenções decorrentes da primeira Conferência Internacional do Trabalho naquele ano, duas, as de nº 5 e 6, tratavam da idade mínima para o trabalho na indústria e da proibição do trabalho noturno de crianças. Ou seja, a tradição internacional de combate ao trabalho infantil também é antiga.

Ainda, de acordo com Anjos e Rebolças (2016, p. 160):

No Brasil, mesmo após a abolição da escravidão em 1888, a escravidão perdurou por muitos anos, afinal não fora pensado pelas autoridades públicas qualquer alternativa de libertação e emancipação concreta de mulheres e homens. De lá para cá, as condições degradante de trabalho assalariado agudizam ainda mais a

vulnerabilidade dos indivíduos, sendo a criança e o adolescente, alvos dessa violência.

Faz-se pertinente esclarecer que embora a abolição da escravatura tenha se dado em 1888, essa forma de trabalho continuou a acontecer, o que deu origem a expressão “trabalho análogo ao de escravo” (BARSOTTI, 2018, p.14).

Vale destacar que, no Brasil, a preocupação com a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes é muito recente, tendo apenas algumas décadas, visto que as crianças começaram a ser tratadas como sujeitos de direito somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Fato é que durante um longo período da história, o trabalho infantil foi considerado como uma prática natural, sendo parte do processo de adaptação e socialização das crianças e adolescentes. Além disso, era considerado por muitos uma alternativa à criminalidade e o egresso à miséria.

Assim, a presença de meninos e meninas pobres sendo explorados na condição de trabalhadores, foi por muito tempo ignorado pelo Estado.

Vale destacar ainda que a exploração doméstica do trabalho das meninas foi por muito tempo culturalmente aceita. Conforme explica Custódio (2006):

Na história brasileira são variados os retratos da ausência de proteção à criança em suas mais diversas formas e uma intensiva produção legislativa voltada à disciplina, ao controle e à repressão do universo infantil, segundo o qual o trabalho emerge como instrumento hábil para a produção de corpos úteis e produtivos, adequados aos interesses políticos e econômicos. Além disso, a condição histórica de sujeição, produzida pelas relações de gênero, conveniente ao modelo de sociedade patriarcal brasileiro, reduziu a visibilidade das condições de exploração feminina.

Sobre esse cenário, Vanessa Barsotti (2018, p.20) explica que a exploração do trabalho doméstico infantil vitimiza mais frequentemente meninas que detém um perfil submisso e retraído em comparação às demais mulheres da sociedade, o que faz com que a criança perca sua infância, assumindo o papel de adulto nas tarefas domésticas desde a tenra idade.

Contrariando a realidade e a tradição histórica, o Brasil foi o primeiro país da América Latina a estabelecer leis protetivas às crianças e adolescentes, sendo hoje, a legislação brasileira, considerada como uma das mais avançadas no mundo, no tocante à proteção de menores, e traz o conceito de criança como pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, necessitando assim, de prioridade absoluta.

2.1 TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: PREVISÃO LEGISLATIVA

A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Consolidações das Leis Trabalhistas caracterizam verdadeiros “escudos” legislativos de proteção às crianças e adolescentes brasileiros.

Faz-se importante trazer o artigo 2º do ECA, dispõe acerca da idade em que se considera um ser humano como criança, na legislação brasileira:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Verifica-se que, de acordo com a legislação brasileira, considera-se criança o ser humano com idade inferior a doze anos completos. Já, adolescente, é o ser humano de doze anos completos até dezoito anos incompletos.

Ainda sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, é importante pontuar que o mesmo constitui um grande instrumento na defesa dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros, estando em consonância tanto com a Constituição Federativa do Brasil, quanto com os padrões internacionais, consolidados principalmente através da Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas; da Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho, e da Convenção nº 182, também da Organização Internacional do Trabalho, sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, de 1978, que prevê a adoção de medidas visando garantir a proibição e a eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil, bem como as atividades consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes.

2.2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE TRABALHO INFANTIL: NORMATIVA INTERNACIONAL

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é órgão responsável pela emissão e controle das normas referentes ao trabalho no âmbito internacional. Suas Convenções Internacionais 182 e 138, ratificadas pelo Brasil, respectivamente, em 28/06/2001 e 02/02/2000, são duas das mais importantes convenções relacionadas ao combate ao trabalho infantil, e têm como objetivo eliminar trabalhos infantis de forma inadequada, cruel e anti-humano, a fim de proteger a justiça social.

A Convenção 182 dispõe sobre o comprometimento a tomar medidas imediatas e eficazes para assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil em caráter de urgência. Já a convenção 138 estabelece uma idade mínima para o trabalho, que não poderá ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória ou, em qualquer hipótese, não inferior a quinze anos.

A Convenção 138 regularizou, em seu artigo 7º, as questões do trabalho em serviços leves a ser exercido por adolescentes, porém, deixou a encargo das normas nacionais o estabelecimento dos padrões adequados. Segue o que dispõe a OIT sobre a legislação e permissão para o trabalho infantil:

As leis ou regulamentos nacionais poderão permitir o emprego ou trabalho a pessoas entre treze e quinze anos em serviços leves que: a) não prejudiquem sua saúde ou desenvolvimento, e b) não prejudiquem sua frequência escolar, sua participação em programas de orientação vocacional ou de treinamento aprovados pela autoridade competente ou sua capacidade de se beneficiar da instrução recebida. 2. As leis ou regulamentos nacionais poderão também permitir o emprego ou trabalho a pessoas com, no mínimo, quinze anos de idade e que não tenham ainda concluído a escolarização obrigatória em trabalho que preencher os requisitos estabelecidos nas alíneas a) e b) do parágrafo 1º deste Artigo. 3. A autoridade competente definirá as atividades em que o emprego ou trabalho poderá ser permitido nos termos dos parágrafos 1º e 2º deste Artigo e estabelecerá o número de horas e as condições em que esse emprego ou trabalho pode ser desempenhado (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1973a).

A Organização Internacional do Trabalho utiliza o termo “trabalho forçado” para definir trabalho escravo contemporâneo, que conforme texto do art. 2º da Convenção nº 29 da instituição é “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente.” (1930, s.p.).

É imperioso destacar ainda que o artigo 3º da Convenção 182 da OIT considerou como piores formas de trabalho infantil:

(a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados; (b) utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos; (c) utilização, demanda e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes; (d) trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança (BRASIL, 2002).

Nos termos da Declaração da OIT, sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, mesmo os Estados membros que ainda não ratificaram essas Convenções devem

respeitar, promover e concretizar os princípios presentes no conteúdo delas (OIT BRASILIA, s.d).

Faz-se importante citar ainda a Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, um dos documentos mais relevantes no que se refere à defesa de direitos humanos, e que dispõe, no seu artigo IV que “ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas” (ONU, 2009, p. 5).

Embora o Brasil tenha sido o primeiro país da América Latina a expedir normas de proteção às crianças e adolescentes, fato lamentável é que em pleno século XXI, a exploração da vida e da força das crianças por meio do trabalho forçado continua ocorrendo. A humanidade avançou ou estagnou? Será que realmente evoluímos? Como podemos permitir que explorações como estas continuem ocorrendo? O que podemos fazer?

2.3 A PROIBIÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Diante de tantas causas indignas que levam a exploração do trabalho infantil, resta claro que, por mais que culturalmente, algumas formas de trabalho ainda possam ser vistas pela sociedade como benéficas e até mesmo, engrandecedoras, o trabalho incipiente priva o menor de gozar plenamente a sua infância.

Nesse sentido, a exploração do trabalho desses vulneráveis, além dos limites estabelecidos em lei, configura como uma das principais violações aos seus direitos fundamentais, pois se configura como uma grande violência, vez que os expõe à ambientes incoerentes com sua faixa etária, causando prejuízo para o desenvolvimento da infância no parâmetro biopsíquicosocial.

2.3.1 análise do estatuto da criança e do adolescente em relação ao trabalho infantil

Faz-se importante trazer o conceito de trabalho infantil, nesse sentido, segue definição da Organização Internacional do Trabalho: “Toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes, abaixo da idade mínima legal permitida para o trabalho, conforme a legislação de cada país.” Já o ECA, define trabalho infantil como: “Qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (BRASIL, 1990).

Vale esclarecer que a condição de aprendiz refere-se ao momento em que o adolescente inicia suas capacidades laborais, de acordo com as regras e condições estipuladas

em lei. Os adolescentes na condição de aprendiz têm contrato escrito e por prazo determinado, que não pode ultrapassar dois anos.

Mesmo nos casos em que a lei permite, para que o desenvolvimento do menor não seja prejudicado, existem algumas restrições: não é possível que a atividade seja noturna, perigosa ou insalubre, nem pode haver o comprometimento na frequência e no rendimento escolar.

Voltando para o conceito de trabalho infantil, segue ensinamento de Telma Barros Penna Firme, (2005, p.25):

O trabalho infantil é considerado como forma de escravidão contemporânea, na medida em que as crianças são submetidas a condições árduas e arriscadas de trabalho, além de carga horária excessiva e com baixa remuneração. Não é incomum que seus pais estejam desempregados, valendo-se de seus filhos como arrimo familiar. A exploração do trabalho infantil, em geral, redundando em jornada extensa, de 12 a 14 horas por dia, causando danos permanentes à saúde e privando-as do direito à educação e ao desenvolvimento sadio e regular. Ademais, a remuneração equivale a um terço do salário médio do adulto. Crianças submetidas a efetuar tarefa doméstica trabalham longas horas por quase nada e são especialmente vulneráveis a abusos sexuais e físicos de toda ordem.

Ainda, de acordo com André Viana Custódio e outros (2018, p. 1879):

Compreende-se por trabalho infantil todo aquele labor que seja prejudicial à formação e ao desenvolvimento das crianças e adolescentes. Ou seja, aquele que possui uma ou mais características prejudiciais apontadas pelo Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Crianças (UNICEF, 1993), quais sejam: aquele que exige muitas horas de atividade; que provoque excessivo estresse físico, social ou psicológico; que impeça o acesso à educação e/ou dificulte a aprendizagem; que seja realizado nas ruas em más condições; que demande responsabilidade excessiva; que comprometa a dignidade e a autoestima da criança, como escravidão ou trabalho servil e exploração sexual; que oferte baixa remuneração. Enfim, que comprometa o pleno desenvolvimento social e psicológico.

O artigo 5º do referido estatuto é de grande importância e afirma que: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990).

É importante citar ainda o seu art. 15: “A criança e o adolescente tem direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantido na Constituição e nas leis” (BRASIL, 1990).

Verifica-se que o estatuto garante a proteção de crianças e adolescentes contra qualquer evento que possa prejudicar seu desenvolvimento integral, incluindo, por desfecho

lógico, o trabalho infantil. Vale transcrever seu artigo 60: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.”(BRASIL, 1990).

Ainda, de acordo com os artigos 63 a 69 do Estatuto da Criança e do Adolescente, verifica-se a proibição legal da exploração do trabalho infanto-juvenil, especificamente no que se refere à utilização de crianças e adolescentes em atividades lesivas ao seu desenvolvimento físico e mental, como também à sua própria dignidade, seja pelas condições de emprego, pela falta de aprendizagem ou por horários exaustivos de jornada de trabalho.

Voltando-se para o ECA, neste estatuto, há a previsão de crimes envolvendo exploração infantil, quais sejam: a exploração da prostituição infantil, previsto em seu artigo 244-A, sendo considerada, pela Organização Internacional do Trabalho, como uma das piores formas de trabalho infantil; a pornografia de menores, crime previsto nos artigos 260 e 241 do referido estatuto; e a venda ou tráfico de menores, que constitui crime previsto no artigo 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Enfatizando a importância do Estatuto da Criança e do Adolescente, de acordo com Souza (2008, p.22): “o Estatuto da Criança e do Adolescente foi criado em atenção às regras e aos modernos princípios expedidos pelos diversos pactos internacionais relativos à defesa das crianças e dos adolescentes”.

Nesse contexto, o ECA está em consonância com a Constituição Federal e nasceu com a responsabilidade de promover a implementação das políticas públicas voltadas para o atendimento integral das questões pertinentes à proteção, a promoção, e principalmente a justiça para com as crianças e adolescentes.

Sobre a constitucionalização dos direitos da criança e do adolescente, ressaltam Sposato e Nascimento (2019, p.104): “O constitucionalizado direito da criança e do adolescente no Brasil apresenta-se como alternativa eficaz para a construção de uma infância e adolescência condizentes com a necessidade peculiar de desenvolvimento sadio de cada indivíduo.

Embora o Estatuto d Criança e do Adolescente seja uma das legislações mais avançadas do mundo, no tocante ao trabalho infantil, no Brasil os direitos de incontáveis crianças e adolescentes vêm sendo violados a cada dia, por meio da exploração da mão de obra, pois apesar da proibição trazida na legislação pátria o enfrentamento desse problema se deu de forma tardia, e somente começou a ser efetivado após a ratificação de Convenções Internacionais acerca da proibição do trabalho infantil.

2.3.2 código penal acerca da exploração do trabalho infantil

Condições análogas à de escravo é o termo utilizado pelo ordenamento jurídico para caracterizar o trabalho escravo contemporâneo, segundo o texto do Código Penal Brasileiro é aquele “tipo de trabalho que submete o indivíduo a trabalhos forçados ou jornada exaustiva, sujeitando-o a condições degradantes de trabalho ou restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto” (BRASIL, 1940, s.p.).

Sobre as situações que configuram o trabalho forçado, dispõem Patrícia Silva e Marluce Silva (2019):

O conceito brasileiro apresenta como tipificação de “trabalho forçado” aquele em que o trabalhador é obrigado a se submeter a condições de trabalho em que é explorado, sem possibilidades de deixar o local seja por causa de “dívidas”, por ameaças, violência física e/ou psicológica. A “jornada exaustiva” é caracterizada como tipo de expediente penoso, devido ao esforço excessivo e sobrecarga de trabalho e/ou a um período extenuante de atividades contínua, que vão além da questão das horas extras não pagas. É uma condição que coloca a integridade física do trabalhador em risco, já que o intervalo entre as jornadas é insuficiente. A “servidão por dívida” consiste na fabricação de dívidas ilegais referentes a gastos com transporte, alimentação, aluguel, equipamentos de proteção individual e ferramentas de trabalho, sendo a maioria desses de obrigatoriedade do empregador. São itens cobrados de forma abusiva e descontados do salário do trabalhador, que permanece sempre devendo e é impedido de deixar o local de trabalho por causa da suposta “dívida”. Já “condições degradantes” são caracterizadas por situações de precariedade do trabalho e das condições de vida do trabalhador, falta de garantias mínimas de saúde e segurança, ausência de condições mínimas de trabalho, moradia, higiene, respeito, alimentação, e outros. São situações que atentam contra higidez física e mental do trabalhador, que são agravadas pelo fato de sua intensidade podendo levar inclusive a sua morte.

Voltando para o Código Penal brasileiro, o seu artigo 149 preceitua que é crime reduzir o trabalhador à condição análoga à de escravo, por meio de trabalhos forçados, jornada exaustiva ou condições degradantes de trabalho, com a agravante de aumento de pena à metade, se tratar de criança ou adolescente (§2º, inciso I).

A legislação penal prevê ainda a contravenção penal de maus-tratos, prevista no artigo 136 do Código Penal. Trata-se de uma contravenção por ser uma infração penal de baixa gravidade, vez que tem pena inferior a dois anos, além da possibilidade de multa.

Segue transcrição do artigo de lei:

Art. 136 - Expor a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob sua autoridade guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando de meios de correção ou disciplina: Pena - detenção, de

dois meses a um ano, ou multa. § 1º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave: Pena - reclusão, de um a quatro anos. § 2º - Se resulta a morte: Pena - reclusão, de quatro a doze anos. § 3º - Aumenta-se a pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos. (BRASIL, 1940).

Destaque-se que, conforme artigo supra transcrito, se o menor tiver idade inferior a 14 anos, dá-se a agravante do § 3º, que aumenta a pena em mais um terço.

É importante ressaltar que a maioridade civil começa aos 18 anos, de acordo com o artigo 5º do Código Civil de 2002.

2.3.3 consolidação das leis do trabalho sobre a exploração do trabalho infantil

Demonstrando a importância de salvaguardar os direitos das crianças e adolescentes brasileiras no contexto trabalhista, a CLT reservou capítulo próprio para o assunto.

Nesse ínterim, a proteção ao menor vem estabelecida no Capítulo IV, nos artigos 402 a 441, que trata do trabalho com o estabelecimento de parâmetros em relação ao local de trabalho, condições, turnos, como também se esclarece sobre o contrato de aprendizagem, sempre levando em consideração que o menor é um ser humano ainda em desenvolvimento que não pode se submeter a situações danosas ao seu bem-estar.

Em consonância com a Carta Magna e o ECA, a CLT dispõe que o trabalho infanto-juvenil seria aquele realizado por crianças ou adolescentes com idade inferior a 16 anos, salvo a situação de aprendiz (CLT – Decreto 5.452/1943).

Ainda se faz importante elucidar que a CLT apresenta casos em que o trabalho do menor é expressamente proibido, mesmo que na condição de aprendiz. São eles: Trabalho noturno - art. 427 da CLT; Trabalho insalubre – art. 405, I da CLT; Trabalho perigoso – art. 405, I da CLT; Trabalhos penosos: exemplo, trabalho em pedreiras, obras em construção civil, trabalho imoral ou qualquer outro semelhante que venha prejudicar à saúde do menor. O trabalho em locais que prejudique a formação, o desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola do menor (art. 403, parágrafo único da CLT) (BRASIL, 2006).

2.4 O DIREITO FUNDAMENTAL À INFÂNCIA E PRINCÍPIOS JURÍDICOS

O direito fundamental à proteção à infância encontra-se previsto no ordenamento jurídico brasileiro, e orienta-se pelos princípios estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que o inseriu no rol dos direitos fundamentais, na categoria dos

direitos sociais (CRFB, artigo 6º), e no rol das cláusulas superconstitucionais (CRFB, artigo 60, §4º, IV).

Faz-se importante citar que o artigo 7º, inciso XXXIII, da Carta Magna prevê a idade mínima de dezesseis anos para que adolescentes comecem a trabalhar no Brasil. Também estabelece em quatorze anos a idade mínima para iniciar atividades na condição de aprendiz, ficando expressamente proibido trabalhos insalubres, perigosos e noturnos para crianças e adolescentes com menos de dezoito anos de idade completos. Veja a transcrição literal da aludida disposição constitucional a seguir:

Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXXIII - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (BRASIL, 1988).

2.4.1 o direito fundamental à infância

Como vem sendo visto, as crianças e adolescentes possuem um status especial de pessoas em desenvolvimento que precisa ser respeitado, ou seja, esses meninos e meninas precisam e têm o direito de viver às experiências adequadas para sua idade.

Nesse contexto, toda forma de trabalho, com ou sem remuneração, que não respeite a situação peculiar das crianças e adolescentes, atenta contra o direito fundamental à infância. Isso porque é incontestável que em toda situação de trabalho infantil, a criança perde tempo de estudo, lazer e convivência familiar. Ou seja, seus direitos humanos fundamentais são violados.

Além das consequências físicas e psicológicas, o trabalho infantil apaga a inocência, fazendo com que a criança amadureça precocemente com a criatividade comprometida, além de empobrecer o mundo psíquico e a espontaneidade da criança, conforme preceitua André Viana Custódio e outros (2018, p. 188):

Uma das características mais visíveis da infância são as atividades lúdicas. A espontaneidade, a liberdade e a ausência de controle rígido estimulam o processo de desenvolvimento harmônico. A criança trabalhadora é compelida a bloquear esses impulsos naturais que, ao longo do tempo, atenuam-se até praticamente desaparecer.

Sposato e Nascimento (2019, p. 98) explicam que a exploração dos meninos e meninas brasileiros não se restringe a ambientes como carvoarias ou canaviais. Essa exploração

também ocorre em mercados, feiras livres, trabalhos domésticos e artísticos, por exemplo. Se não, vejamos:

Comumente, o trabalho de crianças e adolescentes é vislumbrado sob a ideia de crianças frágeis sendo escravizadas em carvoarias ou em canaviais. Mesmo que isso lamentavelmente aconteça, tal cena emblemática não pode atrair toda a atenção e ofuscar outras formas de exploração do trabalho de menores de 18 anos no Brasil, como por exemplo, a exploração de crianças e adolescentes em mercados e feiras livres, em trabalhos domésticos, ou até mesmo artísticos, situações também violadoras de direitos e garantias fundamentais de crianças e adolescentes.

Sobre os malefícios da exploração do trabalho das crianças e adolescentes, lecionam ainda Sposato e Nascimento (2019, p. 101):

É certo que o trabalho de crianças e adolescentes em condições degradantes viola direitos fundamentais e as despoja do desfrute de uma infância e adolescência saudáveis e propícias ao momento da vida e do melhor desenvolvimento social, mental e físico. Em suas formas mais extremas, crianças e adolescentes são expostas a riscos e doenças que atentam contra a sua vida, fazendo com que elas deixem de exercer, inclusive, a sua liberdade ao se enquadrarem em situações análogas à escravidão.

Face o exposto, verifica-se que a proteção à infância é direito fundamental social, vez que estabelece uma gama de obrigações e deveres para a sociedade e para o poder público.

2.4.2 princípio da dignidade da pessoa humana

O princípio da dignidade da pessoa humana trata-se de um dos principais princípios estabelecidos pela Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, em respeito à consolidação do Estado Democrático de Direito, que consagra uma gama extensa de direitos e garantias fundamentais.

Esse princípio encontra-se previsto no artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal (1988), tratando-se de um valor moral intrínseco a todos os seres humanos, que é irrenunciável e indisponível.

Uma das grandes preocupações que se estabelece e que se faz prejudicado quando há o exercício do trabalho infantil e da qual se trata um dos direitos fundamentais previsto na Convenção sobre os Direitos da Criança: o do direito à vida. Isso porque a Carta Magna assegura que todos os seres humanos possuem dignidade pelo simples fato de existir, o que deve ser assegurado, a partir do nascimento, mas desde a concepção.

A superexposição e a total ausência de condições de existência digna são as grandes responsáveis pela incidência do trabalho infantil e os riscos à sua saúde.

A exploração da mão de obra infantil vai de encontro ao princípio da dignidade da pessoa humana, pois os problemas relacionados à saúde de crianças e adolescentes em condições de risco durante as jornadas de trabalho infantil, são das mais variadas a depender do tipo de atividade laboral, do número de horas trabalhadas, da periculosidade e insalubridade envolvidas na atividade, entre outros fatores poderá haver problemas ergonômicos, de ansiedade, distúrbios gerados pela exaustão e fadiga e um maior risco de acidentes (SANTOS, PERSSON, 2019).

Nesse contexto, a exploração da mão de obra de menores de 18 anos, atenta contra o maior valor humano que essas crianças podem ter, qual seja: a dignidade. Sobre a beleza e essencialidade de respeito a esse princípio, expõe Michael Santos (2019, p.6):

Significa dizer que qualquer forma de exploração, bem como o trabalho infantil é repudiado pelo ordenamento jurídico e deve ser erradicado com políticas de prevenção. Isso se dá pela hipossuficiência e fragilidade desses menores em todo o contexto da relação trabalhista, além das inúmeras situações de abuso e exploração de crianças em razão dessa fragilidade. Toda essa situação atenta claramente contra a dignidade da pessoa humana a qual todas as crianças e adolescentes se fazem merecedoras enquanto responsáveis por uma sociedade futura próspera, igual e justa.

Complementando a importância deste princípio, preceitua José Afonso da Silva (1998, p. 92):

Dignidade da pessoa humana é um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito à vida. Concebido como referência constitucional unificadora de todos os direitos fundamentais (observam Gomes Canotilho e Vital Moreira), o conceito de dignidade da pessoa humana obriga a uma densificação valorativa que tenha em conta o seu amplo sentido normativo-constitucional e não uma ideia qualquer apriorística do homem, não podendo reduzir-se o sentido da dignidade humana à defesa dos direitos pessoais, tradicionais, esquecendo-a nos casos de direitos sociais, ou invocá-la para construir teoria do núcleo da personalidade individual, ignorando-a quando se trate de garantir as bases da existência humana.

Ainda, de acordo com Sposato e Nascimento (2019, p.100):

Em conformidade com a dignidade da pessoa, a atividade laborativa, no Brasil, é terminantemente proibida para crianças e regulamentada para os adolescentes a partir de 14 anos de idade, sendo considerado um direito fundamental na medida em que é capaz de propiciar meios para uma existência digna.

Resta claro que a proteção à infância consiste na própria proteção da dignidade da pessoa humana e dos valores da democracia, o que é a valorização do próprio ser humano.

2.4.3 princípio da proteção integral

O princípio da proteção integral estipula que a não permissão do trabalho infantil e os limites estabelecidos pela legislação devem ser respeitados com o máximo rigor.

Em seu artigo 227 a Constituição Federal do Brasil de 1988, prioriza além dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta, o que é uma responsabilidade tripartite da família, da sociedade e do Estado. Observe a reprodução do mencionado artigo:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

O supracitado artigo busca estabelecer o reconhecimento referente às crianças e aos adolescentes como pessoas de direitos que devem ser assegurados com total prioridade, não apenas pelo Estado, mas principalmente pela família e por todas as esferas da sociedade, de modo a que tenham assegurados seu pleno e amplo desenvolvimento.

O princípio da Proteção Integral da Criança e Adolescente consiste em um marco da Constituição Cidadã de 1988. Isso porque a responsabilidade da família, sociedade e Estado para com as crianças envolve todos os seus direitos básicos como o direito à vida, à alimentação, à saúde, dignidade, profissionalização, cultura, lazer, liberdade, respeito, educação, convivência familiar e comunitária (NOGUEIRA, s.d).

Ainda, de acordo com o artigo 227 da Carta Magna em seu, § 3º, há a garantia de proteção das crianças e adolescentes: "O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: I- idade mínima de quatorze anos de admissão no trabalho, observando o disposto no art. 7º, XXXIII" (BRASIL, 1988).

Verifica-se a correspondência da prescrição constitucional prevista no artigo 227 com os artigos 1º e 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essa correspondência dá-se em relação ao princípio da proteção integral à criança e ao adolescente. Nesse sentido, o conteúdo do art. 1º da Lei 8.069/1990 assegura a proteção integral e irrestrita às crianças e aos adolescentes no Brasil.

O Estatuto da Criança e do Adolescente consagra expressamente a doutrina da proteção integral, ao dispor: "Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente".

Da mesma forma, o artigo 4º do citado Estatuto, trata da proteção integral às criança e aos adolescentes impondo à família, à sociedade e ao Estado a responsabilidade pela

concretização dos seus direitos como prioridade absoluta. Confira a seguir a citada norma que se reproduz:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1943).

Nesse contexto, ainda sobre o princípio em referência, leciona Wilson Liberati (2007, p. 15):

A doutrina da proteção integral dos direitos supõe que o sistema legal garanta a satisfação de todas as necessidades de todas as crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade (ECA, art. 2º), privilegiando, sobretudo, seu direito à vida, à saúde, à educação, à convivência familiar e comunitária, ao lazer, ao esporte, à profissionalização, à liberdade, enfim, todos os direitos da pessoa humana (CF, art. 227).

De acordo com Romão (2016, p.89), o surgimento do princípio da proteção integral marcou uma mudança de paradigmas ao tratar de crianças e adolescentes como titulares de direito:

A inovação característica desse momento, portanto, é a pretensão da proteção ser integral, isto é, não bastam mais medidas protetivas, estas devem ser de ordem integral, buscando contemplar todas as crianças e adolescentes e não destinando uma normativa a um determinado grupo conforme a classe social (“menores” em situação irregular). Crianças e adolescentes não são mais objetos de intervenção, mas titulares de direitos, na condição de pessoas em peculiar desenvolvimento integral, tendo, pois, o Estatuto da Criança e do Adolescente sintetizado o pensamento do legislador constitucional, bem como contemplado os preceitos dos diplomas internacionais e de proteção aos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Vale transcrever o artigo 67 do referido estatuto:

Art. 67. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é vedado trabalho: I - noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte; II - perigoso, insalubre ou penoso; III - realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; IV - realizado em horários e locais que não permitam a freqüência à escola.

Resta claro que as crianças e adolescentes precisam de um amparo humano em respeito a seu estado peculiar de pessoa e desenvolvimento e sua precedência em razão de sua vulnerabilidade e de suas necessidades típicas.

2.4.4 princípio do melhor interesse da criança

Como já explanado, de acordo com o artigo 227 da Carta Magna, as crianças e adolescentes são sujeitos de direito que devem ser respeitados com máxima prioridade. Assim, em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana, tudo o que for decidido a respeito das crianças, deve ser feito levando-se em conta o que seja melhor para a mesma.

Nesse contexto, o princípio do melhor interesse da criança deve ser aplicado nos casos em que estiver em jogo o interesse da criança, para que seja dada a melhor solução para o caso em concreto.

Sposato e Nascimento (2019, p.102) explicam que o trabalho infantojuvenil irregular, além de trazer graves malefícios para o menor, trata-se da condenação a uma vida que ele não pode escolher:

Submeter crianças a qualquer tipo de trabalho, ou adolescentes a trabalhos irregulares pode causar danos irreversíveis a saúde física e mental desses indivíduos, comprometendo seu pleno desenvolvimento ao afetar a capacidade de aprendizagem ou socialização. O trabalho infantojuvenil irregular representa a negação de direitos às crianças e adolescentes, além de condená-las a um tipo de vida que elas não puderam escolher.

Certamente, a submissão de crianças a trabalho que não atenda os limites impostos pela legislação, contraria o melhor interesse da criança e deve ser combatido.

3 TRABALHO INFANTIL E VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Atualmente, embora a Constituição Federal proíba expressamente o trabalho infantil, conforme preceitua o seu art. 7º, XXXIII, verifica-se que um grande número de crianças trabalha no Brasil, em atividades que prejudicam o seu desenvolvimento digno.

Faz-se importante ressaltar ainda que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado pela Lei 8.069/1990, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e as Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil estabelecem ser vedado qualquer trabalho a menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade.

Ou seja, embora a Carta Magna e leis protetivas existam, a escravidão infantil subsiste nos dias contemporâneos, caracterizando-se como uma realidade perversa que impõe a privação do direito à infância e viola o princípio da proteção integral. Nesse sentido, Anjos e Rebolças (2016, p. 161) explicam:

Considerando a criança nos moldes do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, como um sujeito de direitos em condição peculiar de desenvolvimento e formação, qualquer exploração direcionada ao adulto, comparada a exploração da criança é muito mais perversa e assume formas múltiplas de violação de direitos humanos. Assim, em relação à criança escrava, tratada como adultos, era constante a perda de laços de nascimento em gerações ascendentes ou descendentes. Pesquisas demonstram que as crianças ainda são usadas brutalmente na atualidade como escravas domésticas, em canaviais, carvoarias, preparação do pasto – pecuária, áreas de fronteiras agrícolas, rurais, cidades, canteiros de obra da construção civil, etc, em condição análoga ao trabalho escravo. Infere-se a partir daí que o ocorreu foi uma readaptação da escravidão em termos de forma, mas permanecendo forte em termos de alvo. Com a chegada da década de 90, essa maneira de considerar o trabalho infantil como natural começa a ser desmistificada a partir de uma perspectiva de que o lugar das crianças e adolescentes é na escola, passou-se a ponderar a importância da educação para o desenvolvimento.

Em consonância com o exposto, e conforme será demonstrado, a escravidão infantil contemporânea tem graves impactos sociais. Paralisa o tempo presente e futuro dos pobres meninos e meninas brasileiros. Pobres meninos, porque a escravidão, em regra, tem um alvo, e a desigualdade social corrobora com a agressão à infância desses pequenos.

3.1 PRINCIPAIS CAUSAS DO TRABALHO INFANTIL

Sobre as causas que cooperam para que a exploração do trabalho infantil persista nos dias atuais, explica Vieira (2005):

Muitos fatores sociais e econômicos se interagem, permitindo a existência do trabalho infantil. A pobreza; a falência do sistema educacional; o descaso dos Poderes Públicos para garantir o acesso de todos às políticas públicas e o não cumprimento das leis de proteção contra o trabalho precoce; as vantagens econômicas para os empregadores ao utilizar mão-de-obra barata e com um perfil dócil, que não se organiza em sindicatos; o descaso dos sindicatos, pois a maioria não inclui em sua pauta de luta política os direitos da criança e do adolescente; a mentalidade da sociedade que acha “melhor trabalhar que roubar”, impondo aos pobres o trabalho como a única via possível de superação de sua exclusão social.

Em consonância com o exposto, preceitua Silva (2019):

Existem diversos motivos para as crianças e adolescentes se incorporarem ao mercado de trabalho. Sendo alvo fáceis de manipulação e logro, trabalham por menos dinheiro, sem direitos, não fazem parte de sindicato, trabalham e não reclamam, e quando reclamam, são expulsas do trabalho. A entrada no mercado de trabalho está relacionado ao auxílio na renda familiar que passa a ser um fator determinante. A baixa escolaridade dos pais e a grande quantidade de filhos são umas das características que favorecem ao trabalho infantil.

Verifica-se que na realidade, a despeito das alterações de percepção sobre o trabalho infantil, a exploração de crianças na condição de hipossuficiência ainda é uma realidade no Brasil, caracterizando uma das formas mais cruéis de escravidão contemporânea, pois na cadeia social, crianças e adolescentes representam o elo mais enfraquecido. Nesse sentido, preceitua Teresinha Lima (2001, p.29):

o novo padrão de acumulação capitalista no Brasil tem acentuado os níveis de desigualdade, exclusão e desemprego, e a exploração da mão-de-obra infantil... Na grande maioria, os seus pais e parentes não têm acesso ao trabalho formal, são excluídos, desempregados, expulsos do campo, lavradores sem terra, biscateiros, trabalhadores ocasionais, domésticas ou labutam no trabalho informal. São quase sempre subutilizados no mercado de trabalho devido à falta de qualificação.

É inquestionável que as vítimas da exploração do trabalho infantil, são, em quase totalidade dos casos, crianças de famílias pobres. Nesse contexto, explica Vanessa Santos (2005, p.4):

“... a história da exploração do “trabalho infantil” está diretamente ligada ao modo de produção capitalista e à infância empobrecida. São crianças oriundas de famílias de baixo poder aquisitivo, cujos membros, porventura, estejam desempregados ou exercendo atividades no chamado “mercado informal”.

Luciana Barsotti (2018, p. 27) elenca, dentre as causas que levam o menor a ser vítima da exploração de mão de obra infantil, o interesse pela troca de brinquedos, o que faz com que esses infantes se envolvam com o tráfico de drogas nas grandes cidades. Senão, vejamos:

Infelizmente, o aumento pela troca dos brinquedos ao crime realizado por grande quantidade de crianças e adolescentes, trabalhando para o tráfico de drogas, principalmente nos subúrbios e favelas de todo o país, mais especificamente nos

estados de São Paulo e Rio de Janeiro, alarma para o quadro preocupante e delicado, no qual desestabilizam famílias e destroem vidas inocentes. Na medida em que esses adolescentes vão se envolvendo com o tráfico e outros meios ilícitos, vão se perdendo os vínculos familiares e a perspectiva de uma melhora de vida em relação aos estudos e uma formação profissional.

Fato lamentável é que apesar de toda legislação protetiva, programas e políticas públicas vigentes, há dificuldade para erradicar essa forma de exploração, tendo em vista que há uma herança cultural colonizadora.

Sobre essa herança cultural, vale ressaltar que no Brasil, assim como em outros países subdesenvolvidos, há um elevado índice de exploração de trabalho infantil, pelo fato de que a sociedade entende que é melhor a criança estar trabalhando do que inserida na criminalidade, essa ideia baseia-se em mitos criados pela coletividade.

Nesse escopo, Custódio exemplifica alguns mitos justificadores do trabalho infantil, quais sejam: melhor trabalhar do que roubar; o trabalho da criança ajuda a família; é melhor trabalhar do que ficar nas ruas; lugar de criança é na escola; trabalhar desde cedo acumula experiência para trabalhos futuros; é preferível trabalhar do que usar drogas; trabalhar não faz mal a ninguém (CUSTÓDIO, 2006).

Ainda no que consiste aos fatores culturais que levam a exploração do trabalho infantil, explicam Custódio e Veronese (2007, p.93):

O trabalho de crianças e adolescentes está arraigado nas tradições, nos comportamentos de diversos locais, como um vestígio do passado, com uma forte resistência à mudança. Especialmente nos países periféricos, como é o caso do Brasil, considera-se, ainda, muito normal a tradição das crianças, especialmente no meio rural, não ingressarem na escola e começarem a trabalhar em idade muito precoce, independentemente do grau relativo de pobreza das famílias. Por outro lado, situações como o êxodo rural e a migração levam famílias inteiras à condição de miséria ampliando o número de crianças que precisam trabalhar.

Custódio e Cabral (2019) explanam que além dos fatores culturais, o fator econômico é, muitas vezes, determinante para a continuidade dessa forma de exploração:

Não obstante aos fatores culturais, o fator econômico também figura como causa determinante da exploração de crianças e adolescentes nas cadeias produtivas, uma vez que a insuficiência de recursos econômicos influencia substancialmente no ingresso prematuro de crianças e adolescentes no mundo do trabalho, motivados pela esperança de suprirem as precárias condições de vida.

Ainda, sobre o porquê da exploração da mão de obra infantil nos dias atuais, dispõe Custódio (2018, p. 178): “A mão-de-obra infantil é extremamente atrativa para o empregador, pois geralmente não reivindica seus direitos, não está representada em sindicatos e

difícilmente exige melhores condições de trabalho, pois a exploração está mascarada pela velha prática da caridade.”

E o que mais corrobora com a vitimização infantil para o trabalho forçado, além da própria condição vulnerável da criança em fase peculiar de desenvolvimento? Sem dúvidas, a pobreza que gera dificuldade de sobrevivência. Se não, vejamos o que dispõem Simon Schwartzman & Felipe Farah Schwartzman (2005):

Isto não significa necessariamente, como muitas vezes se pensa, que a principal explicação para trabalho de crianças e adolescentes seja a necessidade de complementar a renda da família, embora isto possa ocorrer em muitos casos. Essa afirmação se justifica pelo fato de que o trabalho infantil em muitos casos parece pouco contribuir para a renda familiar e que outras características do ambiente familiar podem ter influência tão grande ou maior do que o nível de renda na decisão da criança de trabalhar.

A falta de escolarização dos pais também contribui para a exploração da mão de obra infantil, conforme explicam Custódio e Veronese (2007, p. 93, 94):

No entanto, não são apenas as necessidades econômicas que empurram as crianças e os adolescentes para o mundo do trabalho, os níveis de escolarização dos pais também operam como um fator importante no imaginário do papel que o trabalho pode desempenhar no desenvolvimento das condições familiares. Famílias com reduzidos níveis de escolarização encontram maiores dificuldades para perceber as consequências do trabalho precoce, ou seja, quanto menor a escolarização dos pais, maior a participação das crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Em consonância com o exposto, Marmelstein (2009) pontua que é possível notar claramente a exploração da mão de obra infantil em comunidades carentes, isto porque as pessoas menos favorecidas são vulneráveis em vários âmbitos: econômico, social, intelectual, cultural e político, o que afeta o desenvolvimento psíquico da criança, assim como seu desenvolvimento como pessoa, diminuindo suas chances de desenvolver sua cidadania (MARMELESTEIN, 2009).

Ainda, de acordo com Custódio e Veronese (2019):

A exploração do trabalho infantil nas cadeias produtivas gera consequências econômicas porque ao resultar no afastamento escolar definitivo, reduz significativamente as futuras possibilidades de emancipação de crianças e adolescentes, ocasionando a precarização das relações de trabalho e a consequente reprodução intergeracional do ciclo de pobreza.

Sintetizando tudo o que foi exposto acerca dos motivos pelos quais uma criança pode se submeter a exploração de seu trabalho, explicam Sposato e Nascimento (2019, p. 101):

Existem diversos motivos para que as crianças e adolescentes ingressem no mercado de trabalho de forma precoce e irregular. A condição financeira, atrelada à expectativa do mercado de trabalho capitalista por mão-de-obra barata, pode ser considerada um desses motivos. Outro fator que pode ser apontado como causa do trabalho infantojuvenil é a condição de pobreza a que está submetido o menor de 18 anos, que precisa trabalhar para ajudar a compor a renda familiar. Ainda, o trabalho precoce alimenta um grande ciclo vicioso que corrobora para a perpetuação da exclusão e da pobreza e que acarreta numa série de problemas físicos e psicológicos para o futuro adulto.

Resta claro que a exploração da mão de obra infantojuvenil encontra-se presente, de forma predominante, nas camadas mais baixas da sociedade, vitimizando famílias que estão abaixo da linha de pobreza, e, em alguns casos, a renda auferida pelo menor por meio do seu trabalho, é o único provento da família (MOREIRA, CUSTÓDIO 2018).

Além dos fatores econômicos, principal dos motivos que leva a exploração do trabalho infantil, pode-se citar ainda as questões culturais e artísticas, conforme explicam Sposato e Nascimento (2019, p.102):

O trabalho infantojuvenil não possui apenas fatores econômicos atrelados a sua causa, isto porque também é possível constatar o trabalho de crianças e adolescentes em famílias economicamente mais estruturadas. É o caso do trabalho doméstico, realizado em sua maioria por crianças e adolescentes do sexo feminino e ligado a um fator cultural da sociedade patriarcal atual, que vê nas meninas a responsabilidade de cuidar dos afazeres domésticos e dos mais jovens membros da família. Há ainda o trabalho infantojuvenil causado pelo fetichismo da indústria cultural, que coopta crianças e adolescentes, atraídos pelas câmeras, luzes, palcos e pela possibilidade da fama, para atender demandas de diversão e entretenimento do público-alvo. Esse tipo de trabalho pode estar atrelado à pobreza ou a fatores culturais, mas também mantém uma forte ligação com as pulsões do desejo do indivíduo ou dos seus familiares, que os influencia. Por isso, por mais glamoroso que seja a atividade laboral, se violar direitos e garantias fundamentais, ferindo o ordenamento jurídico brasileiro e impedindo que a criança ou o adolescente desfrute do seu desenvolvimento físico e mental adequado a sua fase de vida, será considerado trabalho irregular tanto quanto os outros mais graves e penosos.

Embora existam inúmeras causas que corroboram para o fato de haverem muitas crianças e adolescentes sendo submetidos à trabalhos que fogem dos parâmetros estabelecidos pela legislação, é incontestável que os principais motivos para que esses meninos e meninas se submetam a essas formas de exploração, consistem na pobreza e na falta de escolaridade, que se torna um ciclo vicioso, passando de geração a geração, resultando em mais pobreza e mais falta de escolaridade.

3.2 PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS DA EXPLOCAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

A exploração de crianças em fase peculiar de desenvolvimento físico, mental e emocional acarreta graves consequências, sobre isso, ressaltam Borges e Cavalcanti (1998):

O trabalho infantil ameaça o desenvolvimento da criança em vários aspectos, tais como: desenvolvimento físico – inclusive saúde, coordenação, resistência física, visão e audição; desenvolvimento cognitivo – inclusive alfabetização, aprendizado e aquisição dos conhecimentos necessários à vida normal; desenvolvimento emocional – inclusive níveis adequados de auto-estima, de ligação familiar, de sentimentos de amor e de aceitação; desenvolvimento social e moral – inclusive um sentido de identidade de grupo, a habilidade de cooperar com outras pessoas e a capacidade de distinguir entre o certo e o errado.

Vê-se quão inúmeros os malefícios da exploração do trabalho infantil que ceifa uma das fases de vida mais lindas de um ser humano. Em consonância com o exposto, dispõe Lima (2001):

Obrigado a atender às exigências do trabalho, exposto precocemente a um ambiente extremamente castrador, o indivíduo em desenvolvimento pode construir uma auto-imagem onde predomina seu desvalor. Passa a se ver como errado, incapaz ou indigno. E suas vivências na família, escola e outras esferas podem confirmar essa imagem negativa.

Com a exploração da mão de obra infantil fora do que preceitua a legislação, não há como se falar em desenvolvimento saudável desses menores, nesse sentido, argumentam Custódio e Veronese (2019):

(...) as consequências que decorrem da exploração do trabalho infantil nas cadeias produtivas são nefastas ao desenvolvimento econômico, educacional, físico e emocional do ser em peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, uma vez que atingem as mais diversas esferas relativas ao crescimento saudável de crianças e adolescentes.

Ainda, de acordo com os autores supracitados:

Da mesma forma, da exploração do trabalho infantil nas cadeias produtivas também decorrem graves consequências à saúde física e emocional das crianças e dos adolescentes que a ele são submetidos, na medida em que estes não possuem resistência física e psicológica adequadas à execução de atividades econômicas, em razão da peculiar condição de pessoas em desenvolvimento.

Ora, é incontestável, que sendo remuneradas ou não, as crianças e adolescentes precisam de atividades que respeitem a sua fase peculiar de desenvolvimento, nesse ínterim, explicam Sposato e Nascimento (2019, p.98):

Toda a forma de trabalho, independentemente da remuneração, que espolia crianças e adolescentes de gozarem e viverem as experiências adequadas a sua idade e asseguradas pelos direitos humanos e fundamentais pode ser considerado trabalho infantojuvenil irregular. Este tipo de trabalho quase sempre está atrelado ao exercício de atividades inadequadas e impróprias para a estrutura física e psicológica das crianças e adolescentes. O trabalho em condições impróprias para sua condição

etária pode causar diversos problemas e comprometer até mesmo o futuro das crianças e adolescentes, isto porque o trabalho é fator importante na construção psíquica e social do ser humano.

Custódio e Cabral (2019) asseveram:

O trabalho infantil nas cadeias produtivas, motivado por diversos fatores culturais, econômicas, educacionais e políticos, é um fenômeno que abrange não apenas o Brasil, mas também o mundo inteiro, causando inúmeras consequências ao desenvolvimento saudável de meninos e meninas, uma vez que viola os fundamentos de proteção dos direitos das crianças e adolescentes, decorrentes do reconhecimento da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.

Verifica-se que as consequências da exploração de mão de obra dessas pessoas em condição peculiar de desenvolvimento físico, mental e emocional, os comprometem em todas as áreas da vida. As consequências são das mais graves e variadas, podendo causar prejuízos desde o desenvolvimento físico ao comprometimento das capacidades cognitivas.

3.3 O TRABALHO INFANTIL E O ABANDONO DA ESCOLA

Como vem sendo visto, a exploração da mão de obra infantil possui consequências não só psicológicas e econômicas, mas também sociais, pois repercute na esfera educacional, causando, a queda do rendimento escolar, e, não raras vezes, o abandono dos estudos e a exclusão social dessas crianças e adolescentes.

Acerca dos principais motivos que levam o menor a abandonar a escola, tem-se a distância e a queda do rendimento escolar, conforme explica Luciana Barsotti (2018, p. 26):

Há de se levar em consideração também, a escassez das escolas nos ambientes rurais, sendo elas na maioria das vezes distantes, provocando o abandono dos estudos pela falta de transporte. Outro caso que também não deixa de ser raro é o de a própria criança sentir-se incapaz devido à queda no rendimento escolar, optando assim, por abandonar definitivamente os estudos. Infelizmente, poucos são os que vencem essa barreira e persistem. Porém, sempre lutando contra o cansaço e o tempo que sobra para se dedicar aos estudos, pois é fato que o tempo torna-se extremamente reduzido comparado ao das crianças que se dedicam apenas aos estudos.

Fato é que, no Brasil, o direito à educação consiste em uma garantia constitucional e um direito fundamental que deve ser assegurado pelo Estado. Porém, embora o Estado seja o principal responsável pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes (a família, e toda a sociedade), também o são.

Nesse contexto, vale citar o artigo 205, da Carta Magna de 1988: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da

sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Ressaltando a importância da tripla responsabilidade que engloba Estado, família e sociedade, faz-se pertinente citar Sposato e Nascimento (2019, p.102):

Por meio do tripé (Estado, família e sociedade) de responsabilidade da proteção de crianças e adolescentes, o encargo da crueldade e da exploração desses jovens não se restringe ao Estado, mas também às famílias e a toda a sociedade, que devem estar imbuídos no sentimento de erradicação dessas formas de trabalho. Entidades nacionais e internacionais esforçam-se para minimizá-lo e erradicá-lo, mas o esforço deve ser coletivo, principalmente quando essas formas laborais impedirem a efetivação do direito à educação.

Enfatizando a importância do acesso à educação, com igualdade e respeito, segue o art. 53 do Estatuto da Criança e Adolescente:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

- I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II** - direito de ser respeitado por seus educadores;
- III** - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV** - direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V** - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Faz-se pertinente trazer ainda o artigo 54 do referido estatuto que assegura até mesmo a obrigatoriedade do estudo, em seu inciso II:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I** - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
 - II** - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;
 - III** - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
 - IV** - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 13.306, de 2016)
 - V** - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
 - VI** - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
 - VII** - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
- § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
- § 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola(sic).

Sobre essas garantias legais, explicam Sposato e Nascimento (2019, p. 110):

O que se pretende é, não apenas oportunizar a todas as crianças e os adolescentes a entrada na escola, mas também garantir que nela permaneçam até o cumprimento integral do ciclo. Sabe-se que, infelizmente, a realidade brasileira aponta para altos índices de evasão dos jovens, seja pela necessidade de contribuir na economia doméstica, ou pelo desestímulo em frequentar o ambiente escolar.

Lamentavelmente, a exploração do trabalho infantil, ainda é uma realidade atual no Brasil, sendo uma das principais causas para evasão escolar que vulneraliza, principalmente, as crianças mais pobres, comprometendo não só seu presente, vez que as priva de viver a infância, mas também o seu futuro, vez que as priva de perspectivas e sonhos.

Vale refletir que quanto mais cedo uma criança trabalha, mais possibilidade de evasão escolar, e quando uma criança abandona a escola, menos qualificação ela terá, o que implica em menos renda e menos chance de conseguir um trabalho decente na fase adulta. Ou seja, trabalho infantil e evasão escolar têm como sentença, não raras vezes, de forma irrecorrível, a vulneralização do futuro do Brasil.

3.4 AS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL

A exploração da mão de obra de crianças e adolescentes constitui uma grave violação aos seus direitos humanos e fundamentais, acarretando sérias consequências físicas e psicológicas, além de privar o direito desses seres de viver plenamente a infância.

De acordo com pesquisa realizada em 2016 pela OIT, 152 milhões de crianças com idades entre cinco e dezessete anos submetidos ao trabalho infantil em todo o mundo. Ainda de acordo com esses dados, a cada 1.000 crianças 4,4 foram submetidas ao trabalho escravo infantil (OIT, 2017, s.p.).

Segundo dados da OIT (2014, s.p.) o sistema capitalista obtém mais de 150 milhões de dólares por ano apenas com o uso do trabalho forçado na economia privada.

Conforme a Convenção da OIT de 1999, no seu artigo nº 3º, sobre a expressão "as piores formas de trabalho infantil" abrange:

a) todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, tais como a venda e tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, e o trabalho forçado ou obrigatório, inclusive o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;

- b) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas;
- c) a utilização, recrutamento ou a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de entorpecentes, tais com definidos nos tratados internacionais pertinentes; e,
- d) o trabalho que, por sua natureza ou pelas condições em que é realizado, é suscetível de prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças (OIT, 1999).

Ainda, de acordo com Souza (2017) percebe-se que os principais perfis são o trabalho no âmbito:

1. Familiar (que envolve menores de 16 anos que laboram na agricultura, na pecuária, no artesanato, etc);
2. Doméstico (que configura uma das piores formas de trabalho infantil, conforme disposto na Lista TIP, prevista no Decreto 6.481/2008);
3. Em benefício de terceiro (em carvoarias, pedreiras, salinas, na tecelagem, etc);
4. Por conta própria (sendo os exemplos mais recorrentes o dos flanelinhas, o dos limpadores de vidro e o dos catadores de lixo);
5. Artístico (devendo obedecer o art. 8º da Convenção 138 da OIT que dispõe sobre a necessidade de expedição de alvará judicial, sem olvidar, é claro, do art. 405, §2º da CLT);
6. Em Atividades ilícitas (tal como o decorrente da exploração sexual comercial de crianças ou da pornografia infantil e do tráfico de drogas).

A preocupação internacional em estabelecer as piores formas de trabalho infantil, não significa tolerar outras formas de exploração, mas em combater situações que podem acarretar consequências irreversíveis. Assim explica Leme (2012, p. 73):

Há que se salientar que a afirmação da existência de formas piores de exploração de trabalho infantil não significa que haja outras formas de trabalho infantil que sejam toleráveis, mas sim, que se deve priorizar uma série de ações para a erradicação imediata destas formas de exploração pela gravidade de suas consequências. É necessário que se compreenda que todas as formas de trabalho infantil são prejudicadas ao desenvolvimento das crianças, mas em certas condições, os prejuízos ocasionados pelas piores formas podem tornar-se irreversíveis. Este entendimento mostra o caráter complementar da Convenção nº 182 em relação à Convenção nº 138.

Infelizmente, mesmo com a existência de normas de proteção, a exploração do trabalho infantil é fato comum, afrontando princípios constitucionais que estabelecem a proteção integral e prioritária para crianças e adolescentes.

3.5 COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO INFANTIL

Como visto, a exploração do trabalho infantil é um fenômeno complexo, motivado por muitas circunstâncias que variam desde a pobreza até a naturalização dessa forma de trabalho por parte da sociedade.

Exemplo é que diante da forte pressão nacional e internacional, exercida pela OIT e entidades sociais, o Governo Federal implementou algumas medidas para estruturar uma

política nacional de enfrentamento e combate ao trabalho escravo. Assim, houve a criação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), o Iº. Plano Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e a Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE).

Acrescente-se que a partir dos anos 2000, a luta contra o trabalho escravo ganhou engajamento de novos atores como a ONG Repórter Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPTEC) e outros que somam forças na luta contra esse crime.

Com a inserção desses atores, novas propostas passaram a ser formuladas, como a criação do IIº. Plano Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, a Lista Suja, o Pacto 7 Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, o mapeamento de cadeias produtivas de empresas que utilizam mão-de-obra escrava, dentre outras.

É importante citar ainda o programa Bolsa Família, criado inicialmente através da medida provisória nº 132 de 2003 e posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 9 de Janeiro de 2004. Este programa tem por objetivo combater a fome, as desigualdades sociais, garantir o acesso à saúde, educação e oferecer possibilidades de retirar famílias da situação de vulnerabilidade social.

O programa funciona por meio da transferência de renda com condicionalidades, sendo destinado a famílias em situações de extrema pobreza. Dentre as condicionalidades estipuladas para as famílias beneficiárias do programa estão a frequência escolar mínima mensal e o acompanhamento médico e nutricional.

Vale destacar que atualmente o bolsa família é o maior programa brasileiro de transferência de renda, e as famílias que possuem crianças em situações de trabalho infantil podem se inscrever desde que tenham renda per capita de até R\$ 100,00 reais mensais.

Dentre os benefícios do programa, inclui-se a redução do trabalho infantil, conforme expõem Jannuzzi e Pinto (2013):

No que diz respeito à educação, a pesquisa revela que crianças beneficiárias do Bolsa Família apresentaram progressão escolar da ordem de 6 pontos percentuais (p.p.) maior que crianças de mesmo perfil socioeconômico não beneficiárias. No Nordeste, o programa teria proporcionado um aumento significativo na frequência escolar das crianças beneficiárias, o que pode também ter contribuído para alguma redução do trabalho infantil, impacto captado marginalmente na pesquisa.

Resta claro que na luta pela efetivação dos Direitos Humanos no que se refere ao combate ao trabalho análogo infantil, pois para que haja um combate efetivo a essa forma de

escravidão, é preciso que Estado, sociedade família estejam unidos de forma consciente. Além disso, é necessário contar com atores sociais como ONGs e outras entidades.

3.5.1 tratados internacionais em relação à proteção infantojuvenil

De acordo com parecer da ONU em 1990, os direitos da criança e dos adolescentes seriam assegurados amplamente, por meio de um entendimento internacional, reconhecido através da Convenção sobre os Direitos das Crianças pela Organização das Nações Unidas que ocorreu no ano de 1989 e que foi ratificada no nosso país através do Decreto nº 99.710, em 21 de novembro de 1990 (SILVA; PERSSON, 2019).

Esse decreto teve por finalidade assegurar e promover uma completa proteção e garantia dos diferentes direitos às crianças e aos adolescentes, especialmente aqueles em situação de exploração e de risco, consistindo em uma grande influência e seriedade em todo o âmbito internacional. (ONU, 1990).

3.5.2 decisões Judiciais sobre a exploração do trabalho infantil

De acordo com o artigo 146 do ECA, o Juiz da Infância e da Juventude, ou o juiz que exerce essa função, é a autoridade competente para processar e julgar os casos relacionados a crianças e adolescentes. Sobre isso, leciona Liberati (2007, p.29):

A partir da Constituição Federal de 1988 e, particularmente, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente o Juiz assumiu nova postura em relação ao atendimento jurisdicional. Agora, não é mais possível compatibilizar o assistencialismo e o paternalismo dispensado pelo juiz a crianças e adolescentes no passado.

Com o advento da Emenda Constitucional nº 45/2004 – Reforma do Judiciário, essa competência foi ampliada para Juiz do Trabalho, sob o fundamento de que as consequências do trabalho estão afetas a Justiça do Trabalho.

Faz-se pertinente enfatizar a responsabilidade do judiciário brasileiro, no que se refere a um ideal humanista de erradicação do trabalho infantil. Nesse sentido, explana Corrêa (2013, p.21):

É fundamental que o Poder Judiciário se faça presente – e acessível – a fim de fazer valer os direitos consagrados na normativa nacional e internacional. É necessário que todos – juízes de direito e do trabalho, membros do Ministério Público comum e especializado, auditores fiscais do trabalho, entre outros – compreendam e aceitem

desempenhar o importante papel que lhes é reservado na efetiva implementação dos preceitos assecuratórios desses que se destacam entre os mais fundamentais direitos da cidadania: o direito à vida livre de exploração e ao pleno desenvolvimento das potencialidades com que brindado cada ser humano. Afinal, repousa também em nossas mãos a responsabilidade por transformar em realidade palpável, o que é, para muitos, distante promessa e, para todos nós, ainda um sonho: a plena e definitiva erradicação do trabalho infantil.

É pertinente trazer explicação de Barsotti (2018, p. 16-17) a exemplo de um caso concreto envolvendo menores na submissão à trabalho análogo ao escravo no ano de 2016. Caso este que representou a primeira condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos:

Há o famoso caso Fazenda Brasil Verde, julgado em 2016, no qual a fazenda foi condenada, pois foram violados direitos de liberdade, onde houve a existência de promessas de bons salários, alimentação, moradia e um trabalho digno que despertaram interesse em dezenas de trabalhadores, inclusive vários deles ainda menores de idade, nos quais estes enfrentaram viagens extensas para a área rural de Sapucaia, aos quais foram submetidos a trabalhos humilhantes e em condições desprezíveis na fazenda Brasil Verde. Estes foram libertados em março de 2000, porém nunca houve justa punição aos responsáveis. A fazenda pertencia a João Luiz Quagliato Neto, sendo ele um dos maiores criadores de gado do país. Em 2016 a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou nosso país pelos fatos vergonhosos ocorridos na fazenda e em anos anteriores, pois se relata que já havia flagrantes 17 de trabalho escravo neste mesmo local em meados da década de 1980. Sendo essa a primeira vez, desde sua criação, que a Corte condenou um país por trabalho escravo.

Seguem ainda mais algumas decisões judiciais, que comprovam que a exploração dos menores em condições análogas a de escravos, ainda é uma realidade atual:

PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. ABSOLVIÇÃO. SÚMULA 7/ STJ. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DO CP. NÃO OCORRÊNCIA. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CULPABILIDADE. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO QUANTO AS TESES AMPARADAS NOS ARTS. 15, 16 E 65, III, D, DO CP. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Considerando o caráter manifestamente infringente da oposição, e em face do princípio da fungibilidade recursal, recebem-se os embargos de declaração como agravo regimental. 2. A Corte de origem, após minuciosa análise dos elementos fáticos e probatórios dos autos, concluiu que a autoria e materialidade dos crimes atribuídos ao recorrente, restaram devidamente comprovados, de modo que a alteração do julgado, a fim de absolvê-lo, implicaria necessariamente o reexame fático e probatório dos autos, providência inviável nesta sede recursal, a teor do que dispõe o enunciado da Súmula 7/ STJ. 3. No que tange à dosimetria, cumpre registrar que a individualização da pena é uma atividade em que o julgador está vinculado a parâmetros abstratamente cominados pelo legislador, sendo-lhe, permitido, entretanto, atuar discricionariamente na escolha da sanção penal aplicável ao caso concreto, após o exame percuciente dos elementos do delito e em decisão motivada. Dessarte, cabe às Cortes Superiores, apenas, o controle de legalidade e da constitucionalidade dos critérios utilizados no cálculo da pena. 4. Considerando o intervalo das penas cominadas aos crimes de redução à condição análoga à de escravo (2 a 8 anos de reclusão), e aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional (1 a 3 anos de detenção), bem como a valoração negativa

de 3 vetoriais do art. 59 do CP – culpabilidade, motivos e circunstâncias do crime – para ambos os tipos, não se mostra desproporcional ou desarrazoado o aumento de 3 (três) anos e 1 (um) ano respectivamente para os referidos delitos. 5. Especificamente quanto aos argumentos utilizados pelo acórdão recorrido para valorar negativamente a culpabilidade, não se verifica a apontada ilegalidade, de modo a reclamar a intervenção desta especial instância. 6. Quanto à alegação de que o acórdão recorrido deixou de examinar as teses amparadas nos artigos 15, 16 e 65, III, d, do CP, melhor sorte não socorre ao recorrente. Isso porque as referidas questões foram expressamente analisadas pelo Tribunal local. 7. Embargos de Declaração recebidos como Agravo Regimental a que se nega provimento. (STJ –AgRg no AResp: 1440681 ES/ 2019/ 0033168-7, Relator: Ministro Ribeiro Dantas, Data de Julgamento: 28/05/2019, T5 – Quinta Turma. Data de Publicação: 04/06/2019).

Mais uma:

EMENTA: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PROIBIÇÃO DO TRABALHO DO MENOR EM HORÁRIO NOTURNO, EM CONDIÇÕES INSALUBRES OU PERIGOSAS. DECRETO REGULAMENTADOR QUE COMPUTA TAIS ATIVIDADES NO QUADRO DE MENORES APRENDIZES. O contido no §2º do art. 10 do Decreto n.º 5.598/05 não se sobrepõe ao conteúdo do art. 7º, XXXIII, da Constituição da República, segundo o qual o menor de dezoito anos não pode prestar trabalho noturno, perigoso ou insalubre. Igualmente, hão de ser observadas as normas internacionais do trabalho ratificadas pelo Brasil, especialmente a Convenção 182 da OIT que cuida do combate do trabalho infantil em exposição à saúde física e mental e à segurança da criança e do jovem. As atividades insalubres, perigosas ou em horário noturno não podem ser consideradas para fins de quantificação do quadro de menores aprendizes." (Processo nº 01574-2012-057-03-00-1 RO, Relatora Des. Maria Stela Álvares da S. Campos, DJE 19.06.2013). (TRT da 3.ª Região; PJe: 0010731-36.2014.5.03.0073 (RO); Disponibilização: 10/07/2015; Órgão Julgador: Nona Turma; Relator: Convocado Ricardo Marcelo Silva)

EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TRABALHO INFANTIL. ATIVIDADE INSALUBRE. LISTA DAS PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL - DECRETO Nº 6.841/2008. Demonstrado que a trabalhadora exercia atividade insalubre, especialmente em se tratando de pessoa em desenvolvimento (adolescente de 16 anos), tutelada pelo princípio da proteção integral consagrado nos artigos 227 da CF e 1º e 3º do ECA, bem como na Convenção 182 da OIT, o dano moral é evidente e decorre diretamente do ato ilícito à guisa de presunção natural (dano "in reipsa"). Imperioso lembrar que o art. 7º, inciso XXXIII, CR proíbe o trabalho insalubre para os menores de 18 anos, sendo certo que o labor em contato com solventes consta da Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Decreto nº. 6.481/2008). A gravidade da situação faz exsurgir a necessidade de reparar o dano, além dos limites tarifados da parcela, contudo levando em consideração o tempo de exposição ao agente insalutífero por cerca de 01 (um) mês. Apelo provido, em parte.

(TRT da 3.ª Região; Processo: 0000354-54.2012.5.03.0015 RO; Data de Publicação: 18/03/2013; Disponibilização: 15/03/2013, DEJT, Página 321; Órgão Julgador: Sexta Turma; Relator: Convocado Carlos Roberto Barbosa; Revisor: Anemar Pereira Amaral).

Percebe-se que embora contemporaneamente, ainda existam muitos casos envolvendo interesses trabalhistas de crianças e adolescentes, e mais do que isso, envolvendo trabalho análogo ao escravo infantil, além da legislação protetiva, o Brasil é um país que, de fato, se preocupa com a exploração dos meninos e meninas brasileiros.

Que há necessidade de mais efetividade no combate, é uma verdade incontestada, mas os cidadãos brasileiros devem respeito à todos os profissionais que cotidianamente arregaçam as mangas a fim de erradicar com essa mazela social, que é a escravidão infantil.

3.5.3 responsabilidade do estado na fiscalização e combate ao trabalho infantil

O Conselho Tutelar tem responsabilidade extrajudicial no que diz respeito ao combate às violações dos direitos das crianças e adolescentes, conforme leciona Liberati (2007, p.129):

Os assuntos principalmente administrativos e de monitoramento do cumprimento cotidiano dos direitos das crianças e adolescentes ficarão sob a responsabilidade do Conselho Tutelar. O mundo do juiz é o processo e sua atuação extraprocessual é desaconselhável. Os assuntos que não dizem respeito à função jurisdicional, mormente os administrativos, ficarão, agora, sob a responsabilidade do Conselho Tutelar, que terá a incumbência de resolvê-los.

De acordo com a legislação brasileira, bem como Tratados Internacionais, verifica-se que existe uma preocupação concreta no que se refere a criar estratégias que consigam auxiliar na luta em combate a erradicação do trabalho infantil, porém, apenas criar leis e políticas públicas não basta, se os resultados alcançados ainda demonstram falhas e crescimento dos índices de utilização dessa parcela de mão de obra (SILVA, PERSSON, 2019).

No que se refere às políticas de prevenção e reinserção, estas, não têm sido formuladas e nem implementadas como deveriam ser. O que se tem são iniciativas locais e pontuais, sendo desenvolvidas por alguns governos estaduais e municipais e também por algumas instituições da sociedade civil, como a Comissão Pastoral da Terra e a ONG Repórter Brasil.

Atualmente tem-se vivenciado momentos de retrocesso no combate a esse crime, devido ao contingenciamento orçamentário realizado pelo Governo Federal nos recursos destinados ao Ministério do Trabalho para fiscalização do trabalho escravo. Ações que haviam sido orçadas em R\$ 3,2 milhões de reais para 2017 previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA), foram reduzidos drasticamente para R\$ 1,6 milhões de reais, o que refletiu significativamente na redução de 58% do número de ações de inspeção do trabalho em relação ao ano de 2016 (SILVA, DE SILVA, 2019).

A fim de efetivar o combate a este problema, é necessário que haja sempre, e cada vez mais, um amplo e irrestrito enfrentamento por meio de redes de proteção jurídica previstas nas convenções das organizações internacionais e no que trate o ordenamento jurídico interno de cada país a todos os tipos de exploração envolvendo crianças e adolescentes, em especial,

aquelas que estejam em situações de vulnerabilidade e risco relacionadas a atividades envolvendo trabalho infantil (SANTOS; PERSSON, 2019).

Em consonância com o exposto, explica Farias (2000):

Em linhas gerais, as piores formas de trabalho infantil são todas as formas de escravidão ou situações análogas a ela, como, por exemplo, a exploração sexual, a venda e o tráfico de crianças, a escravidão por dívida, o trabalho forçado ou compulsório. Nesse contexto, as ações da OIT junto aos parceiros sociais, isso é, com os governos, organizações de empregadores e trabalhadores, estão sustentadas na crença de que podem prevenir o problema, viabilizando formas de trabalho decente, livre e produtivo, pelo mercado. Além disso, é fundamental que se desenvolvam abordagens integradas com os mais diversos atores sociais, como as polícias, os magistrados, os conselheiros tutelares, autoridades do executivo local, sistemas de saúde, educação e assistência social, entre outros, que incluam sensibilização, capacitação e formação de pessoal da sociedade civil, bem como incluir o envolvimento de setores produtivos, capazes de melhorar a situação socioeconômica da sociedade.

Essas intervenções precisam ser realizadas de forma irrestrita a todas as crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade, mas sempre de forma planejada, intersetorial e legal, desde que em prol da erradicação do trabalho infantil em âmbito nacional ou mundial.

O Estado precisa investir na geração de renda, em programas educativos nas escolas e em trabalhos de conscientização para que não haja mais a banalização a exploração do trabalho infantil, não raras vezes, tido como natural.

É preciso ainda formular políticas públicas para combater a aceitação e o consentimento social que tende a encarar o trabalho infantil como natural, favorecendo a continuidade de práticas que envolvem a exploração de crianças e adolescentes (REIS, 2015).

Nesse contexto, é preciso que haja a informação e incentivo para que as pessoas denunciem o trabalho infantil, para que assim, os direitos fundamentais da criança e dos adolescentes sejam integralmente cumpridos com a erradicação do trabalho infantil.

Por fim, ao longo da presente pesquisa, pretendeu-se responder aos seguintes questionamentos: será que o problema para a continuidade do trabalho análogo ao de escravos reside na falta de fiscalização das autoridades públicas? Na falta de políticas públicas? Na insensibilidade da sociedade? Ou será o desinteresse do Estado? Será a herança cultural de exploração da mão de obra humana mais barata visando o lucro? A desigualdade social? A pobreza? A vulnerabilidade das crianças?

Viu-se que todas essas perguntas, vinculam-se a uma única resposta afirmativa, há a necessidade de ainda mais ação estatal para que haja o efetivo cumprimento da já avançada legislação, e conseqüentemente, diminuição, e posterior erradicação da exploração da mão de

obra infantil no Brasil. Ou seja, prevenção, assistência à vítima e repressão ao crime indicam o caminho para erradicação desse crime.

Diante do exposto, vale destacar, que infelizmente, a escravidão sob todas as suas formas caracteriza uma grave violação a direitos humanos elementares, pois é desumana e desumaniza.

No que se refere especificamente à exploração do trabalho infantil contemporâneo, que varia desde práticas domésticas a trabalhos sexuais, transparece uma realidade ainda persistente de desigualdades sociais, estigmatizações e do fortalecimento do processo de exclusão em uma etapa especial da vida do ser humano.

No que tange à solução para essa forma de exploração, propõe Santos (2019, p.12):

É importante a criação de ações/programas visando à eliminação das piores formas de trabalho infantil. É necessário tocar nos efeitos perversos do mercado de trabalho, sobretudo, nos diversos elos que integram as cadeias produtivas vinculadas a determinados setores do agronegócio, com níveis inaceitáveis de exploração do trabalho, baixos salários, controle e dependência de trabalhadores/as a patrões; subjugação de membros das famílias agricultora; incorporando crianças precocemente ao trabalho.

É importante ainda que família, Estado e sociedade, de forma conjunta, coloque as necessidades e as demandas das crianças em primeiro plano, fazendo valer o princípio da proteção integral previsto no artigo 227 da Carta Magna. Nesse contexto, preceitua Medina (2017):

Entretanto, uma ação conjunta da sociedade civil, Organismos Internacionais e Organizações não-governamentais e o próprio Estado, em todas suas esferas Federais, daria mais consistência a luta contra a exploração da mão-de-obra infantil. Essas entidades teriam ações distintas, porém, o resultado final seria a erradicação dessa praga social. Essas intervenções poderiam ser assim entendidas: a) das empresas, seria exigido compromisso social, transparência e prestação de contas; b) da sociedade civil, a obrigação de denunciar práticas desleais e lutar pelo cumprimento de direitos sociais fundamentais com relação ao trabalho; c) dos governos, a fiscalização implacável no cumprimento das leis de proteção e amparo à criança e ao adolescente e exigência da aplicação de projetos políticos que visem combater as injustiças sociais.

Sposato e Nascimento (2019, p. 111) sugerem a universalização de políticas e serviços públicos, a fim de que haja o estímulo à educação e consequentemente, diminuição do trabalho infantil:

No enfrentamento ao trabalho infantojuvenil, um dos principais desafios do Estado, da família e da sociedade consiste em efetivar políticas públicas que rompam com o ciclo de exclusão social ao qual estão submetidas às crianças e aos adolescentes no Brasil. A falta de programas que efetivem os direitos de crianças, adolescentes e de suas famílias, ou a ausência de universalização de políticas e serviços públicos

contribuem para o baixo estímulo da educação infantojuvenil, corroborando para que crianças e adolescentes não se comprometam com os estudos e com seu próprio desenvolvimento pessoal.

Em face da complexidade que envolve a exploração do trabalho infantil sob todas as suas formas, é que essa temática precisa ser constantemente colocada na pauta dos debates e das lutas sociais pelos direitos humanos de crianças e adolescentes, para que o enfrentamento a esses contextos cruéis de violações de direitos redunde em políticas públicas eficazes para a proteção integral de todas as crianças e adolescentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto, o trabalho infantil trata-se de uma mazela de proporções globais, afetando tanto os países desenvolvidos como subdesenvolvidos.

Fato é que há um flagrante contraste entre os direitos humanos consagrados universalmente e a continuidade da exploração do trabalho infantil. No Brasil, esse contraste vincula-se diretamente ao Estatuto da Criança e do Adolescente e à Constituição Federal Brasileira, no que se refere à exploração do trabalho infantil.

A despeito de termos uma das legislações mais avançadas do mundo, o trabalho análogo ao escravo infantil persiste, variando desde a exploração doméstica à exploração sexual, que coisifica o menor sob as formas mais degradantes possíveis.

Embora haja um paradoxo completo entre o que se defende na legislação e o que ocorre, ainda hoje, na prática, não se pode negar que dispositivos constitucionais e estatutários buscam expressar a importância de muitas garantias, sempre com o objetivo de colaborar no sentido de que haja uma implementação efetiva e aplicação integral dos direitos e a proteção necessária às crianças e adolescentes, bem como de promover a irrestrita adoção de políticas públicas voltadas a atender as questões pertinentes à proteção, promoção e justiça às crianças e adolescentes.

Infelizmente verifica-se, nos dias atuais, a exploração de crianças e adolescentes em condições análogas à de escravos, o que demonstra que, na prática, esses direitos não são amplamente assegurados e nem considerados fundamentais, o que causa prejuízos sem proporções não só ao desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, mas à sociedade, de forma geral.

Fato é que o trabalho infantil continua sendo sintoma da falta de políticas públicas eficazes de educação e socialização. Esse tipo de escravidão pretérita e contemporânea, massifica a exploração de mão de obra de despreparados pela própria condição infantil, seres em peculiar condição de desenvolvimento, o que, conforme exposto, desencadeia prejuízos incalculáveis ao pleno desenvolvimento e, conseqüentemente a saúde das crianças e adolescentes.

É possível constatar que a abolição da escravatura ocorreu apenas sob o aspecto legal, pois, infelizmente, na contemporaneidade, subsistem formas mascaradas de escravidão que continuam a vitimizar as pessoas mais vulneráveis, à exemplo das crianças.

Resta claro que mesmo com os inúmeros avanços alcançados com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, muito precisa ser feito para que se

garanta a sua efetivação. Ora, é nítida a evolução em termos legislativos, porém, efetivação e conscientização são primordiais para o desenvolvimento da criança e do adolescente no país. Fato é que há um longo percurso para a eliminação da escravidão nas sociedades contemporâneas, não apenas de crianças e adolescentes.

É preciso que família, sociedade e Estado passem a cumprir seu dever constitucional de proteção prioritária e integral das crianças e adolescente brasileiros em situação de vulnerabilidade. As necessidades e demandas destas pessoas devem ser colocadas em primeiro plano, a partir do desenvolvimento de projetos na área da saúde, educação e proteção à infância.

As crianças brasileiras merecem dignidade, não exploração. Precisam de cuidado, proteção e amparo, tão redundante quanto pareçam essas palavras, é isso que todas as crianças e adolescentes merecem. Nisso se justifica o interesse pelo presente trabalho.

Com todo respeito aos profissionais combativos que se comprometem diariamente a minimizar e idealizam a erradicação do trabalho análogo ao escravo das crianças brasileiras, conclui-se que é necessário, não apenas a adoção de políticas públicas específicas visando à erradicação do trabalho infantil, mas também, de aumento na fiscalização para que haja o cumprimento dessas políticas, e se alcance uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS

AGUIAR JUNIOR, Valdinei Santos de; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de. Infância, trabalho e saúde: reflexões sobre o discurso oficial de proibição do trabalho infantil. **Saúde em debate**, v. 41, p. 25-38, 2017.

ANJOS, Lídia; REBOUÇAS, Gabriela Maia. Do trabalho infantil à escravidão contemporânea: a realidade multifacetada da exploração sexual de crianças e adolescentes. **InterSciencePlace**, v. 10, n. 4, 2016.

ARANTES, Delaíde Alves Miranda. **A erradicação do trabalho infantil e a dignidade da pessoa humana. O trabalho infantil doméstico**. 2016. Disponível em: <<http://vlex.com/vid/trabalho-dignidade-humana-doma-stico-503503090>>. Acesso em: 10 abril 2019.

ARROYO, Miguel G.; VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; SILVA, Maurício da. Roberto. **Trabalho infância: exercícios tensos de ser criança haverá espaço na agenda pedagógica?** Editora Vozes Limitada, 2017.

BARROS, Ricardo Paes. **O trabalho doméstico infanto-juvenil no Brasil**. OITI-PEA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/colecao/trabin.htm>. Acesso em: 4 maio 2019.

BARSOTTI, Luciana Simões. **Trabalho infantil no Brasil: a inocência roubada**. 2018. 55 f. Monografia (Bacharelado em Direito) Centro Universitário Toledo, Araçatuba-SP, 2018.

BORGES, Alci Marcus Ribeiro; CAVALCANTE, Maria Adília Andrade (Orgs). **Mapa do trabalho infantil no Piauí**. Teresina: Ação Social Arquidiocesana/Centro de Defesa João de Barro/UNICEF/DRT-PI, 1998.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília – DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 24 abril 2019.

_____. Decreto-lei 5.452, de 1 de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm. Acesso em: 24 abril 2019.

_____. Decreto nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002. **Promulga a convenção nº 138 e a recomendação nº 146 da organização internacional do trabalho (OIT) sobre idade mínima de admissão ao emprego**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4134.htm>. Acesso em: 24 abril 2019.

_____. Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000. **Promulga a convenção nº 182 e a recomendação nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação, concluídas em Genebra, em 17 de junho de 1999**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3597.htm>. Acesso em: 24 abril 2019.

_____. **GRUPOS ESPECIAIS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL.**

Publicações Delegacia Regional do Trabalho Ministério do Trabalho e Emprego.

Disponível: <<http://www.mte.gov.br/delegacias/rn/conteudo/publicacoes/gectipa.asp>>.

Acesso em: 4 abril 2019

BORGES, Alci Marcus Ribeiro; CAVALCANTE, Maria Adília Andrade (Orgs). Mapa do Trabalho Infantil no Piauí. Teresina: Ação Social Arquidiocesana/Centro de Defesa João de Barro/UNICEF/DRT-PI, 1998

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. **Algumas lições do programa de erradicação do trabalho infantil. São Paulo Perspec. São Paulo, vol.18 nº.4, oct./dec. 2004.**

2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000400007>. Acesso em: 29 out. 2018.

CORRÊA, Lelio Bentes. O desafio da erradicação do trabalho infantil e o papel da magistratura do trabalho. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**, São Paulo, v. 79, n. 1, p. 17-21, jan./mar. 2013.

CUSTÓDIO, André Viana, VERONESE, Josiane Rose Petry. **Trabalho Infantil: a negação do ser criança e adolescente no Brasil.** Florianópolis. Ed. OAB/SC, 2007.

CUSTÓDIO, André Viana et al. A influência do direito internacional no processo de erradicação do trabalho infantil no Brasil. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v. 23, n. 2, 2018.

CUSTÓDIO, André Viana. **A exploração do trabalho infantil doméstico no Brasil: limites e perspectivas para sua erradicação.** 2006. Tese (Doutorado em Direito) – Curso de Pós-Graduação em Direito, UFSC, 2006.

CUSTÓDIO, André Viana; CABRAL, Maria Eliza Leal. A responsabilidade das empresas na erradicação do trabalho infantil nas cadeias produtivas. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2019.

DUPRET, C. **Curso de direito da criança e do adolescente.** 3. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2015.

FARIA, Thaís Dumê; OLIVEIRA, Pedro Américo Furtado de; MENDES, Renato. O enfrentamento à exploração sexual de crianças e adolescentes: desafios e caminhos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, 2007.

FIRME, Telma Barros Penna. **O caso José Pereira: a responsabilização do Brasil por violação de direitos humanos em relação ao trabalho escravo.** 2005. Monografia – Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário de Brasília. 2005.

GRUNSPUN, Haim. **O trabalho das crianças e dos adolescentes.** São Paulo: LTr, 2000.

GUIMARÃES, Luciana Aparecida; SANTOS, Vanessa dos. O contrato de trabalho e o trabalho infantil no Brasil. **Revista Ciências Jurídicas e Sociais-UNG-Ser**, v. 6, n.1, 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandro. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II. In: CAMPELLO, Tereza; NERY, Marcelo. (Org.). **Programa bolsa família: dez anos de inclusão e cidadania**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2013.

LEME, Luciana Rocha. **Políticas Públicas de prevenção e erradicação do trabalho infantil no campo**. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2012.

LIBERATI, Wilson. D. **A doutrina da proteção integral; Direitos fundamentais especiais da criança e do adolescente; Introdução. Direito da Criança e do Adolescente**. 2. Ed. São Paulo: Rideel, 2007.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Comentários ao estatuto da criança e do adolescente**. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2008

LIMA, Terezinha Moreira (org.). **Trabalho infantil: concepções e estratégias de enfrentamento**. São Luis: UFMA/PPGPP, 2001.

LIMA, Miguel M. Alves. **O direito da criança e do adolescente: fundamentos para uma abordagem principiológica**. Tese (Doutorado em Direito) - Curso de Pós Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/82256>> Acesso em 5 de abril de 2019.

LIMA, Consuelo Generoso de. Trabalho precoce, saúde e desenvolvimento mental. In: **MTE. Proteção integral para crianças e adolescentes, fiscalização do trabalho, saúde e aprendizagem**. Florianópolis: DRT/SC, 2000. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/18830>> Acesso em 05 de abril de 2019.

LINHARES, Elizabeth Ferreira. Escravos na roça, anjos na escola. **Tempo social**, v. 20, n. 1, p. 95-117, 2008.

LOIOLA, J., PEREIRA JÚNIOR, A. **Trabalho artístico infanto-juvenil: análise do caso do mcpedrinho em fortaleza**. **Revista Thesis Juris**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 7, apr. 2018. Disponível em: <<http://www.revistartj.org.br/ojs/index.php/rtj/article/view/94>>. Acesso em: 1 set. 2019.

MOTA, Fabiana Dantas Soares Alves da. A concretização do princípio da proteção integral à criança e ao adolescente pela mediação do combate ao trabalho infantil no campo. 2018. **Dissertação (Mestrado em Direito)** - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

MEDINA, Vilma. **Trabalho infantil no Brasil. guia infantil**. 2017. Disponível em: <<https://www.google.com.br/amp/s/br.guiainfantil.com/direitos-das-criancas/450- trabalho->

infantil-no-brasil.html/amp/>. Acesso em: 13 nov. 2018.

MORAES, Leda Graziela Lima et al. O trabalho infantil e repercussões para a saúde da criança e do adolescente. **Anais do Salão de Ensino e de Extensão**, p. 58, 2018

NASCIMENTO, Luciana Da Silva. Trabalho Infantil: Uma Infância Perdida. **Análise Do Programa De Erradicação Do Trabalho Infantil (peti) No Município De Macaé**. 2017 Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/4764>> Acesso em 05 de abril de 2019.

OLIVA, José Roberto Dantas. Competência para (des) autorizar o trabalho infantil. **Revista Consultor Jurídico**, v. 16, 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. Decreto nº 4.134, de 15 de fevereiro de 2002. **Promulga a convenção nº 138 e a recomendação nº 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre idade mínima de admissão ao emprego**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4134.htm>. Acesso em 24 de abril de 2019.

OLIVEIRA, Maisa Silva de. **Trabalho infantil**: um estudo de programas de erradicação. 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/anais/index.php/sidspp/article/download>>. Acesso em 05 de abril de 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração universal dos direitos humanos**. Rio de Janeiro: UNIC/Rio, 2009. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em 20 set. 2018.

PEREIRA, Juliana De Jesus et al. **Políticas públicas de erradicação do trabalho infantil**: aspectos e avanços. 2019. Disponível em: <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/713>> Acesso em 05 de abril de 2019.

PINHEIRO, Milena dos Santos; MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. A violação da dignidade da pessoa humana frente a exploração do trabalho infantil. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2019. Disponível em : <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp>> Acesso em 05 de abril de 2019.

REIS, Marta Moreira da Costa. O direito ao lazer nas relações de trabalho. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 19, n. 4196, 27 dez. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/31874>. Acesso em: 16 set. 2019.

RODRIGUES, Otilia Alves. Trabalho infantil um contexto jurídico e social. **FESPPR Publica**, v. 2, n. 2, p. 7, 2018.

ROMÃO, L. F. de F. **A constitucionalização dos direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: Almedina Brasil, 2016.

SANTOS, Sirio Ezaaquie Ilsi dos; PERSSON, Leandro Oliveira. As estratégias das políticas públicas de saúde na prevenção e erradicação do trabalho infantil. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, 2019. Disponível

em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/18832>> Acesso em 05 de abril de 2019.

SANTOS, Vanessa Juliana da Silva. O debate do serviço social brasileiro acerca do trabalho infantil. **2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, 2005, Unioeste – Campus de Cascavel**. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/4764>> Acesso em 05 de abril de 2019.

SANTOS, Michael Douglas Chaveiro dos. **Erradicação do trabalho infanto-juvenil: uma análise internacional, constitucional, infraconstitucional e a efetividade**. 2019. Disponível em: <<http://repositorio.aee.edu.br/jspui/handle/aee/135>> Acesso em 05 de abril de 2019.

SANTOS, S. A. Informe técnico político nacional de saúde para a erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador: o desafio de construir a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes trabalhadores no Sistema Único de Saúde – SUS. **Boletim Epidemiológico Paulista**, v. 10, n. 114, São Paulo, 2013.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YASBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2007,

SILVA, Roseane Ubaldo da. **A atuação do ministério público do trabalho da Paraíba junto ao trabalho infantil**. 2019. Disponível em : <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/15020>>. Acesso em 05 de abril de 2019.

SILVA, José Afonso. A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Supremo da Democracia. **Revista de Direito Administrativo**, 1998. Disponível em: <bibliotecadigital.fgv.br> Acesso em 05 de abril de 2019.

SILVA, Patricia Rosalina da; SILVA, Marluce Souza e. Os caminhos da construção da política de enfrentamento ao trabalho escravo contemporâneo no Brasil. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2019.

SILVA, Jorge Luiz. T; NEVES JUNIOR. Leonardo. F; ANTUNES, Marcos. M. **Trabalho infantil: Realidade, diretrizes e políticas**. In: MARQUES, M. E; NEVES, M. A; NETO, A. C (Orgs.). Op. Cit. 2 ed. 2006.

SOUZA, Jadir Cirqueira de. **A efetividade dos direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: Pillares, 2008.

SOUZA, Ismael Francisco de. **O reordenamento do programa de erradicação do trabalho infantil (PETI): estratégias para a concretização de políticas públicas socioassistenciais para crianças e adolescentes no Brasil**. Tese (Doutorado em Direito). Programa de Pós Graduação em Direito, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/1304/1/Ismael%20Francisco%20de%20Souza.pdf>> Acesso em 05 de abril de 2019.

SCHWARTZMAN, Simon, SCHWARTZMAN, Felipe Farah. **O trabalho infantil no Brasil**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Grupo Conjuntura, Instituto de Econômica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/pdf/trab_inf2004.pdf> Acesso em 05 de abril de 2019.

SPOSATO, K. B. Criança, democracia e neoconstitucionalismo no Brasil. **Revista Diké** - Mestrado em Direito, São Cristóvão, SE, v. 4, p. 157-180, 2015.

SPOSATO, Karyna Batista; NASCIMENTO, Marcelo Oliveira do. **Quando o trabalho impede a educação: trabalho infantojuvenil no Brasil, direito à educação e políticas públicas**. 2019. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/7039/1/Cap%C3%ADulo%2004.pdf>> Acesso em 5 de abril de 2019.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

VIEIRA, Cleverton Elias. **A questão dos limites na educação infanto-juvenil sob a perspectiva da doutrina da proteção integral: rompendo um mito**. 2005. Dissertação (Mestrado em Direito) Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

VIEIRA, Márcia Guedes. **Trabalho infantil: a dívida da sociedade mundial com a criança**. Disponível em: <<http://www.caritasbrasileira.org/textos/infantil.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2019.